

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANTÔNIO RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

UMA LEITURA CRÍTICA DA RESTRIÇÃO AOS MOTIVOS CAPAZES DE ENSEJAR  
UMA GREVE

CURITIBA  
2010

ANTÔNIO RIBEIRO DE ALBUQUERQUE

UMA LEITURA CRÍTICA DA RESTRIÇÃO AOS MOTIVOS CAPAZES DE ENSEJAR  
UMA GREVE

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito, no Curso de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof<sup>º</sup> Fábio de Almeida Rego Campinho

CURITIBA  
2010

## **RESUMO**

Parcela da doutrina e da jurisprudência pátria têm feito uma leitura restritiva do exercício do direito de greve (consagrado no art. 9, caput, da Constituição de 1988), sobretudo, no que diz respeito aos motivos que podem ensejar uma paralisação. Partem, para tanto, de uma leitura da Lei Maior a partir de uma lei ordinária (Lei n. 7.783/89), afirmando que as paredes devem estar adstritas a questões profissionais, o que relega ao plano da ilegalidade as mobilizações de trabalhadores de cunho político. O presente trabalho busca evidenciar a falta de sustentação dessa visão, o que se faz através de um resgate da importância dos movimentos de natureza política na construção do Estado Democrático de Direito, assim como pela discussão do alcance dos preceitos da Constituição e da demonstração de que a circunscrição dos interesses que levam os trabalhadores a deflagrar uma greve consiste numa violação do princípio da supremacia das normas constitucionais.

Palavras-chave: Greve. Restrição do direito. Insustentabilidade.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>HISTÓRICO</b>	<b>4</b>
2.1.	O SURGIMENTO DO SISTEMA FABRIL	4
2.2	A FÁBRICA NA INGLATERRA	5
2.2.1	Quadro social e legislação trabalhista na Inglaterra	8
<b>3</b>	<b>O AMBIENTE FABRIL BRASILEIRO</b>	<b>10</b>
3.1	A PRIMEIRA GREVE GERAL NO RIO DE JANEIRO	13
3.2	A CONTINUIDADE DA LUTA OPERÁRIA APÓS 1903	15
3.3	O CONTROLE ESTATAL DA SOCIEDADE COMEÇA A GANHAR CORPO	19
3.4	O FIM DO ESTADO NOVO E O NASCIMENTO DE UMA PSEUDO-DEMOCRACIA	23
3.5	ANOS DE CHUMBO: DO GOLPE MILITAR DE 1964 À REDEMOCRATIZAÇÃO DE 1984	26
3.6	A REDEMOCRATIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988	35
3.7	MOVIMENTO DE MASSAS E CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA	38
<b>4</b>	<b>GREVE: A QUESTÃO CONCEITUAL E OS PROBLEMAS DA CONSTITUCIONALIDADE E DA EFICÁCIA</b>	<b>41</b>
4.1	APRESENTAÇÃO	41
4.2	PROBLEMA DO CONCEITO TRAZIDO PELA LEI N. 7.783/89	42
4.3	EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	47
<b>5</b>	<b>A SUPREMACIA CONSTITUCIONAL E A INVALIDADE DA NORMA INCOMPATÍVEL COM A LEI MAIOR</b>	<b>51</b>
5.1	A SITUAÇÃO DA LEI DE GREVE EM FACE DO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA CONSTITUCIONAL	52
5.2	O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	54
<b>6</b>	<b>A POSIÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA EM RELAÇÃO À RESTRIÇÃO DOS MOTIVOS FUNDANTES DAS PARALISAÇÕES</b>	<b>56</b>
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>61</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>64</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O caput do art. 9º da Constituição Federal de 1988 preceitua que “é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”. Da leitura desse fragmento da Constituição é possível notar que não se estabelece qual interesse poderá ser defendido através do exercício do direito de greve. Uma conclusão possível dessa ausência de delimitação é a legitimidade das greves políticas, das greves de solidariedade, etc. A pergunta que se lança é se essas modalidades de greve, que não se voltam diretamente contra o empregador, realmente podem ser exercidas de modo legítimo. Hoje em dia, há, basicamente, três linhas de respostas para esse questionamento.

De um lado estão aqueles que entendem que o direito de greve não pode ser exercido em face de qualquer modalidade de interesse. Para os adeptos dessa visão, os trabalhadores somente poderão exercer o direito de greve de modo legítimo se buscarem a defesa direta de interesses profissionais. Dessa forma, consideram ilegítima qualquer greve que tenha natureza política, mesmo aquela que visa proteger o trabalhador, por exemplo, de uma política governamental notoriamente prejudicial à economia e, por conseguinte, apta a promover o desemprego. Sustentam essa posição na Lei n. 7.783/89, lei ordinária que hoje regula o exercício do direito de greve. Afirmam que tal lei, em seu art. 2º, ao definir a greve, estabelece como pressuposto de legitimidade do movimento o direcionamento direto da greve à relação de trabalho. A maior crítica que se faz a essa interpretação é que se está restringindo o exercício do direito de greve trazido pela Carta Maior a partir de um conceito posto numa lei ordinária. Nesse sentido, diz Fábio Konder Comparato<sup>1</sup> (citado por MELO, 2009, p. 42), que “a única restrição admissível de uma liberdade constitucional só pode advir da própria Constituição”.

Uma segunda perspectiva vislumbra maior amplitude da gama de interesses que podem ser tutelados mediante o exercício do direito de greve. Para os defensores dessa visão, também são legítimas as manifestações de cunho político-trabalhista, por estas se entendendo as reivindicações que se voltam, embora de

---

<sup>1</sup> Artigo publicado na *Folha de São Paulo*, de 2.6.1989, *apud* COELHO, Elaine D'Ávila. “Embargos, interdição e greve em face do meio ambiente”. Monografia de conclusão do módulo Direito Ambiental II, da PUC/SP, 1995, p. 55.

modo mediato, à defesa de interesses trabalhistas. Afirmam, em sua defesa, que a Constituição, em seu art. 9º, traz que compete aos trabalhadores decidir sobre os interesses que serão tutelados por intermédio da greve, sem fazer, portanto, qualquer delimitação do feixe de interesses a ser tutelado. A Lei de Greve caminha no mesmo sentido, pois não veda expressamente a greve política ou a greve político-trabalhista. Alegam, porém, que o direito de greve não é absoluto, como não é qualquer outro direito, o que gera a conclusão pela defesa de interesses exclusivamente trabalhistas, seja diretamente, seja indiretamente.

Uma terceira linha se coloca favorável às greves políticas puras, isto é, por greves que não têm vinculação com aspectos trabalhistas. É o caso hipotético da paralisação que refletisse uma insatisfação popular pelo envio de soldados brasileiros ao Iraque. Essa idéia é bastante defendida por parcela da doutrina, à qual pode ser ligado José Afonso da Silva. Este doutrinador propugna a viabilidade jurídica das greves políticas, movimento que para alguns, como Arnaldo Süssekind, têm cunho revolucionário, e não jurídico-trabalhista. Diz Süssekind<sup>2</sup> (1993, citado por MELO, 2009, p. 39), ao definir o instituto paredista, que

“a greve pode corresponder a dois fenômenos sociais distintos: a) a insubordinação concertada de pessoas interligadas por interesses comuns, com finalidade de modificar ou substituir instituições públicas ou sistemas legais; b) pressão contra empresários, visando ao êxito da negociação coletiva sobre aspectos jurídicos, econômicos ou ambientais do trabalho. Na primeira hipótese existe uma manifestação sócio-política (sic) de índole revolucionária; e na segunda, se trata de um procedimento jurídico-trabalhista a ser regulamentado, seja por Lei (sistema heterônomo) ou por entidades sindicais de cúpula (sistema autônomo)”.

José Afonso da Silva (2010, p. 305) sustenta uma posição favorável às greves puramente políticas (tratadas como revolucionárias por Süssekind), como fica claro da sua afirmação de que

“a Constituição assegura o direito de greve por si própria (art. 9º). Não o subordinou a eventual previsão em lei. É certo que isso não impede que lei defina os procedimentos de seu exercício, como exigência de assembléia sindical que a declare, de *quorum* para decidi-la e para definir abusos e respectivas penas. Mas a lei não pode restringir o direito mesmo, nem quanto à oportunidade de exercê-lo nem sobre os interesses que, por meio dele, devam ser defendidos. Tais decisões competem aos trabalhadores, e só a eles (art. 9º). Diz-se que a melhor regulamentação do direito de greve é a que não existe. Quer dizer, os trabalhadores podem declarar greves

---

<sup>2</sup> SUSSEKIND, Arnaldo. Responsabilidade pelo abuso do direito de greve. **Revista da Academia Nacional de Direito do Trabalho**, [S./], ano I, n. 1, 1993, p. 37.

reivindicativas, objetivando a melhoria das condições de trabalho, ou greves de solidariedade, em apoio a outras categorias ou grupos reprimidos, ou greves políticas, com o fim de conseguir as transformações econômico-sociais que a sociedade requeira, ou greves de protestos”.

Como é possível perceber, a questão sobre a legalidade ou ilegalidade das greves que não se voltam diretamente para o empregador é bastante complexa. Envolve, além de debates sobre o conceito do instituto da greve que nos traz a Lei n. 7.783/89, a constitucionalidade das interpretações restritivas dos interesses passíveis de ensejar uma greve legítima e a discussão relativa à eficácia das normas constitucionais.

O primeiro passo no presente trabalho, antes de se partir para uma apresentação desses pontos centrais da questão sobre a legitimidade das greves políticas, de solidariedade, etc., será uma abordagem da evolução histórica do instituto da greve. O motivo desse relato histórico é simples: como a realidade contemporânea é o fruto de um processo de construção histórica, nada mais sensato do que expor tal processo evolutivo, pois isso propiciaria ao leitor uma melhor compreensão do fenômeno ora estudado.

Nessa linha, no primeiro capítulo será feita uma exposição da evolução histórica do direito do trabalho, focando no direito de greve, assim como na ação dos trabalhadores e em suas repercussões. O objetivo desse relato é corroborar a idéia de que o movimento operário grevista amplo (o mesmo tipo de manifestação que a Constituição de 1988 abraçou) foi relevante para a construção e preservação de espaços democráticos, sobretudo após a derrocada do regime militar.

No capítulo seguinte, parte-se para uma abordagem do conceito do instituto grevista. Para tanto, são usados como pontos de partida o art. 9º da Constituição Federal de 1988 (que consagra a greve ampla), e a definição de greve legítima constante da Lei nº 7.783/89. Com esses excertos legais em foco, levanta-se a divergência doutrinária que cerca a questão da restrição ao exercício do direito de greve.

O próximo passo, representado inicialmente pelo capítulo terceiro, é uma tentativa de demonstrar que a divergência doutrinária resgatada no capítulo precedente carece de fundamento. Em primeiro lugar, joga-se luz sobre a questão eficácia das normas constitucionais, buscando-se afastar o entendimento de que o art. 9º da Constituição de 1988 necessita de regulamentação para ter aplicabilidade.

Em segundo lugar, já no capítulo quarto, destaca-se o princípio da supremacia das normas constitucionais, baliza maior de todo o ordenamento jurídico. Com este capítulo, intenta-se enfraquecer a leitura infraconstitucional de um dispositivo trazido na Lei Maior.

No quinto capítulo, há uma amostra do posicionamento jurisprudencial sobre a limitação dos motivos que possam ensejar uma manifestação grevista. E é com base nas transcrições de partes de julgados de tribunais, bem como nos capítulos precedentes, que será elaborado o desfecho para a discussão acerca da amplitude do exercício do direito de greve.

## **2 HISTÓRICO**

### **2.1. O SURGIMENTO DO SISTEMA FABRIL**

A realidade em que surgem as greves, isto é, a realidade marcada pela relação conflituosa entre patrão e empregado, começou a se desenvolver antes da Revolução Industrial, mais precisamente no século XVI, época em que o comerciante-capitalista se colocou como figura indispensável ao funcionamento do mercado. Como lembra Edgar Salvadori de Decca (1986, p.20),

“isso ocorreu porque os produtores diretos, embora dominassem o processo de trabalho, se viram obrigados a depender da figura do negociante para que sua produção se efetivasse, uma vez que a eles estava vetado o acesso ao mercado, tanto para a obtenção das matérias-primas indispensáveis para a produção como para a comercialização de seus produtos”.

Foi nessa época que a burguesia iniciou a luta pela instituição de uma nova organização social, em que a figura do capitalista seria dominante. Embora o capitalista já tivesse conseguido assegurar uma posição de intermediário obrigatório para o funcionamento do mercado, ainda não possuía o controle sobre a jornada diária de trabalho nem sobre o ritmo em que trabalharia o artesão. Não existia, portanto, o controle total do processo de produção, que ainda permanecia parcialmente sob o domínio dos trabalhadores que exerciam o ofício no âmbito doméstico. É nesse ponto que surge o sistema de fábrica, pois a reunião de



trabalhadores num mesmo local, sob intensa fiscalização, permitiria alargar o poder do dono do capital sobre os trabalhadores. Poderiam os empresários, no ambiente fabril, determinar o tempo diário de labor, bem como pressionar o operário para que atingisse um determinado índice de produtividade.

Um dos passos seguintes à instituição dessa nova organização laboral, em que o artesão perdeu sua autonomia de decidir quando e em que ritmo trabalhar, foi a superação da manufatura pela maquinofatura. Nessa etapa, o homem deixou de ser a peça-chave do ambiente produtivo, qualidade que passou a pertencer às máquinas. O artesão que aceitou vender sua força de trabalho, e que antes era senhor das técnicas produtivas, transformou-se em mero operador de equipamentos de propriedade do capitalista. Esse artesão, que no panorama anterior dificilmente poderia ser descartado, agora estava totalmente sujeito aos mandos e desmandos do industrial.

## 2.2 A FÁBRICA NA INGLATERRA

Na Inglaterra o desenvolvimento do sistema fabril seguiu a lógica antes exposta. Houve, dessa maneira, uma evolução em que primeiro a fábrica foi um marco organizacional do trabalho, para depois, pela introdução das máquinas, ser uma fonte de produção em massa.

Amparados em várias inovações tecnológicas, sendo a principal delas a máquina a vapor aperfeiçoada por James Watt, os capitalistas ingleses promoveram, a partir da segunda metade do século XVIII, a chamada Revolução Industrial. O sistema de fábrica, antes caracterizado pela produção manual, passou a ser dominado por equipamentos como o tear mecânico. É a passagem da manufatura para a maquinofatura, mudança que, acompanhada da produção em série, em grande escala e para um consumidor indeterminado, formava o esquema básico da nova realidade capitalista.

Como destaca Francisco Iglesias (1986, p. 70), “a Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII na Inglaterra não foi acontecimento casual. Ela se verificou então e aí e só poderia ter lugar aí, pois os outros países não estavam preparados”. Não foram apenas as inovações tecnológicas que viabilizaram o

estabelecimento de fábricas mecanizadas na Inglaterra. Como ressaltam inúmeros historiadores, incluindo Iglésias, os ingleses tinham obtido muitas riquezas durante a fase comercial do capitalismo (fenômeno que Marx denominou de acumulação primitiva do capital), quando os lucros eram obtidos fundamentalmente através do comércio.

A partir do século XV, Estados como Portugal e Espanha lançaram-se nas chamadas Grandes Navegações, movimento que resultou no descobrimento e controle de rotas marítimas e territórios em diversas regiões do planeta. Com esse domínio, portugueses e espanhóis puderam auferir grandes lucros com o comércio de sedas, perfumes, tapetes, especiarias, escravos, etc. Também obtiveram enormes quantidades de metais preciosos, como ouro e prata, através da exploração de minas, sobretudo na América. Após observarem o êxito de portugueses e espanhóis, outros povos (holandeses, franceses, ingleses, etc.) começaram a lutar pelo controle de territórios e rotas marítimas. O desenvolvimento do poderio naval britânico pode ser notado pela vitória sobre a Invencível Armada espanhola, em 1588, fato que ajudou a impulsionar a economia inglesa, já que enfraqueceu um forte concorrente no controle do comércio mundial. Outra questão que acelerou o fluxo positivo de riquezas em direção à Inglaterra foi o Tratado de Methuen, de 1703, que previa a abertura dos mercados portugueses aos manufaturados ingleses. Também colaborou para o fortalecimento inglês os Atos de Navegação, de 1651, que limitaram o uso de embarcações que não ostentassem o pavilhão britânico. Essa medida causou grandes prejuízos à Holanda, que também representava, no âmbito comercial, um concorrente à Inglaterra. O resultado de todo esse processo de estabelecimento e promoção do domínio inglês sobre o comércio foi o enriquecimento da burguesia e do Estado, o que, nas já citadas palavras de Marx, é a acumulação primitiva de capital. Estado e burguesia passaram a deter, então, capital para investir em um parque fabril, bem como na infra-estrutura necessária para escoar a produção (ferrovias, portos, etc).

Outro fator que permitiu à Inglaterra ser o primeiro Estado a ter um parque fabril mecanizado foi de ordem política. Em razão da Revolução Gloriosa (primeira revolução burguesa da história), ocorrida em 1688, o rei perdeu o poder político, que foi transferido para o Parlamento. Com isso surgindo a oportunidade para que a burguesia em ascensão tivesse poder político e o utilizasse para impulsionar seu

poder econômico. Uma das mostras do uso do Estado para a promoção econômica foi, logo após o período conflituoso da Revolução Gloriosa, a criação do Banco da Inglaterra. Esta instituição bancária, como indica Cláudio Vicentino (2002, p. 288), foi fundamental para o sucesso inglês durante a fase comercial do capitalismo, à medida que “fomentou as relações coloniais estimulando a produção de algodão, matéria-prima básica para o processo que levou o país à Revolução Industrial”.

A chamada Revolução Agrícola também foi de suma importância para a concretização do modelo fabril mecanizado na Inglaterra. Até meados do século XVIII, o panorama que se vislumbrava era de forte presença de pequenos camponeses-proprietários. Após esse marco temporal, essa situação começou a ser significativamente modificada, passando os proprietários menores a ser absorvidos por grandes donos de terras, seja através da compra, seja por meio de processos judiciais. Há, também, contribuindo para a derrocada do sistema da pequena porção de terra, a procura de terras para a instalação dos parques fabris.

Dentro do contexto da Revolução Agrícola, é necessário lembrar, como o faz Francisco Iglésias, que ao longo do século XVIII há centenas de atos do Parlamento dividindo em lotes e cercando os campos abertos das terras vagas e comuns. Eram as chamadas “leis das cercas” (*enclosure acts*), as quais consistiram numa série de golpes no sistema de campos abertos (*open field system*). Pelo sistema antigo, as pessoas podiam explorar determinadas áreas rurais mesmo sem possuírem um título de propriedade. Agora, porém, quem não detivesse esse título, deveria abandonar a terra. Um dos reflexos dessa nova configuração do ambiente rural foi a criação de um fluxo maciço de miseráveis para as cidades. No meio urbano, aqueles que foram expulsos do campo passaram a constituir farta mão-de-obra disponível para a indústria (o “exército industrial de reserva”, nas palavras de Marx). A péssima condição sócio-econômica desse exército de miseráveis favoreceu os industriais, já que os antigos camponeses aceitariam trabalhar por qualquer salário e em péssimas condições de conforto e higiene. Baixo-salário significava, para os capitalistas, maior margem de lucro (Marx chamava o valor do trabalho dos operários que era apropriado pelo capitalista de mais-valia). Estava montado outro pilar para a consolidação da indústria.

Não se pode esquecer que a nova configuração do campo visava, sobretudo, viabilizar o fornecimento de matéria-prima para a indústria. Assim, se proliferaram as

criações pecuárias, principalmente de ovelhas, de onde se retirava a lã para a indústria têxtil. O ponto negativo desse novo quadro foi a queda da produção agrícola, que trouxe grande sofrimento para a população mais pobre, tendo em vista a diminuição da oferta de alimentos. Para muitos, como Iglesias (1981, p. 80), a Inglaterra “deixou as plantações pelas pastagens”, passando a pensar mais na indústria do que na agricultura.

Outra condição que impulsionou a indústria inglesa foi a existência de enormes reservas de carvão mineral (hulha) no território britânico. A grande presença dessa fonte energética permitiu a disseminação do uso de máquinas a vapor, primeiro na indústria têxtil e posteriormente nos demais ramos industriais.

Todas essas condições facilitaram o surgimento da indústria mecanizada na Inglaterra antes de qualquer outro local no planeta. Mas também abriram caminho para a criação de uma situação em que o ser humano perdeu sua dignidade, passando a ser uma ferramenta à disposição do industrial, ávido em ampliar seu capital. Como diz Eustáquio de Sene (2002, p. 111), “o capital se reproduzia à custa da superexploração do operário, que vivia só para trabalhar”.

### 2.2.1 Quadro social e legislação trabalhista na Inglaterra

O quadro social que se constituiu na Inglaterra com a industrialização é bem evidenciado pelas palavras que um inspetor governamental inglês proferiu em 1834:

“todas as pessoas que se encontram trabalhando nos teares mecânicos estão ali de modo forçado, porque não podem existir de nenhum outro modo; via de regra são pessoas cujas famílias foram destruídas e seus interesses arruinados... têm a tendência de ir como pequenas colônias colonizam esses moinhos” (DECCA, 1986, p. 11).

Como já explicitado, camponeses-proprietários haviam sido expulsos do campo, dando lugar aos grandes proprietários. Iglesias (1986, p. 76) registra que esses latifundiários, em função do modo que obtiveram seus títulos de propriedade, foram alcunhados de *robber barons*, ou barões salteadores. Esses camponeses, juntamente com os artesãos que foram forçados a deixar de lado a manufatura para trabalhar nas fábricas, formaram uma massa de pessoas empobrecidas e que se por

sua condição de miserabilidade se sujeitaram às piores situações de trabalho e remuneração.

Inexistindo qualquer legislação de proteção do operário, ou fiscalização governamental dos locais de trabalho, a jornada de labor nas fábricas chegava a superar quatorze horas diárias. Além disso, a insalubridade no ambiente de trabalho era uma constante, bem como eram freqüentes os acidentes de trabalho.

Na luta pela ampliação de seus lucros, os industriais chegavam a optar preferencialmente pela mão-de-obra infantil e feminina. Cláudio Vicentino lembra que havia crianças com menos de oito anos de idade que vendiam sua força de trabalho apenas em troca de alojamento e comida. Iglesias (1986, p. 104) vai ainda mais longe, afirmando que era possível encontrar crianças com quatro anos de idade. Uma lei datada de 1802, que para a época foi um progresso, mas que hoje indica o panorama social crítico criado pelas fábricas, proibiu que crianças provenientes das workhouses (criadas pela Lei dos Pobres, de 1834, eram locais para onde se levavam os desempregados, que ficavam à disposição do mercado de trabalho) trabalhassem mais do que doze horas diárias. Outra lei, de 1842, proibiu que mulheres trabalhassem nas minas. Em 1847, passou a ser vetada a jornada diária de trabalho superior a dez horas.

Essas poucas conquistas legislativas em prol da classe operária foram o reflexo da luta empreendida pelos trabalhadores. A insatisfação da classe trabalhadora, em decorrência das péssimas condições de trabalho e vida, bem como da insignificante remuneração, culminou, em certa fase da história inglesa, na formação das *trade unions*, organizações trabalhistas voltadas à defesa dos explorados. Isso mesmo numa época em que as coalizões eram duramente reprimidas, chegando a ser proibidas, como ocorreu entre 1799 e 1800, quando organizações de operários para reivindicar melhores salários ou condições de trabalho eram consideradas como crimes contra a coroa. Foi somente em 1825 que os ingleses deixaram de qualificar as coalizões como crimes. As greves, porém, mesmo em 1825, ainda eram tratadas como delitos.

### 3 O AMBIENTE FABRIL BRASILEIRO

O Brasil está no grupo dos chamados *Newly Industrialized Countries* (países de industrialização recente). Isso porque a indústria mecanizada só ganhou destaque no território brasileiro, e nos demais membros desse grupo, como Turquia, Argentina e México, a partir da década de 1930, bem depois de Estados como Inglaterra e França. Entretanto, mesmo antes de ser dotado de uma indústria mecanizada vigorosa, indicadora da emergência do capitalismo industrial, o Brasil já era o palco de conflitos de classes nos moldes dos que ocorreram na Inglaterra nos anos seguintes ao início da Revolução Industrial.

Com a extinção do escravismo colonial, foi retirado um dos principais obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil. Durante a República, embora houvesse uma prevalência notável do setor agrícola na composição da economia nacional, a indústria capitalista sustentada no trabalho assalariado começou a florescer. O Rio de Janeiro foi um dos primeiros locais a ver instalada essa indústria, sobretudo nas áreas têxtil e de alimentos. Esse pioneirismo da economia fluminense decorre, entre outros fatores, da existência de um mercado consumidor mais expressivo do que o de outras áreas do país. Conforme Jacob Gorender (1985, p. 32), em 1900, o Rio tinha 692 mil habitantes, enquanto São Paulo ainda não havia ultrapassado 240 mil. Além disso, no Rio de Janeiro existia maior disponibilidade financeira, esta fruto das exportações de produtos primários, como o café.

Nesse contexto de surgimento da indústria no Brasil, Gorender demonstra que a situação da classe trabalhadora era muito similar à verificada em outros países, como a Inglaterra. Diz Gorender que no começo da República inexistiu qualquer legislação trabalhista, os salários eram extremamente baixos, a jornada de trabalho habitual se estendia de onze a doze horas e as condições higiênicas e de segurança, dentro das fábricas, só podem ser caracterizadas como calamitosas (GORENDER, 1985, p. 48). Continua Gorender, dizendo que “na indústria têxtil, em particular, o proletariado era constituído, em sua maioria, por mulheres e crianças”, e que “segundo testemunho insuspeito do começo do século XX, a idade mínima para o trabalho fabril era de... cinco anos!” (1985, p. 48). Gorender arremata relatando que foram encontradas em uma das fábricas de Matarazzo, importante industrial da

época, máquinas apropriadas ao manejo infantil (GORENDER, 1985, p. 48). Quanto às crianças, não se pode deixar de mencionar que eram forçadas a trabalhar em horários noturnos de até onze horas e que freqüentemente sofriam espancamentos. Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva fortalece a opinião de Gorender, afirmando que o crescimento da primeira indústria nacional, lastreado na força de trabalho liberada em decorrência da Lei Áurea, foi acompanhado de relatos sobre a persistência do trabalho em condições subumanas (tais como as presentes antes da abolição da escravidão) e do castigo físico (SILVA, 2008, p. 130-131). Sayonara completa o quadro fabril, ao lembrar que “crianças e mulheres ocupavam aproximadamente metade da mão-de-obra empregada nas empresas” e que “as duras condições de trabalho incluíam sobrecarga, ausência de instalações sanitárias, acidentes, cobrança de multa dos empregados adultos pelos erros e aplicação de surras em meninos e meninas de seis anos de idade” (SILVA, 2008, p. 130-131).

Não contentes em pagar salários insignificantes aos seus empregados, os patrões ainda criaram meio de descontar parcelas das remunerações. É que certos benefícios assistenciais, como moraria e auxílio médico, eram “oferecidos” em caráter oneroso. Para Jorge Street, capitalista da época, esses benefícios não eram caridade, mas sim uma prática que visava o pagamento de salários mais baixos, tendo em vista que os operários tinham o hábito de gastar seu dinheiro em coisas inúteis. Além disso, a moradia, comumente ligada às instalações fabris, era uma excelente ferramenta para aumentar a subordinação do trabalhador ao patrão (GORENDER, 1985, p. 49).

Completando o quadro de irrestrita exploração do operário pelo capitalista, quase inexistia, nos primórdios da República, como antes dito, legislação trabalhista. Nem se cogitava em descanso semanal remunerado, férias remuneradas, seguro contra acidentes, previdência social, etc. O que havia era, sim, legislação protetiva do capital, como a lei que primeiro abordou o instituto da greve na história brasileira, que foi o Código Penal de 1890. Segundo este diploma, o exercício da greve é crime, sujeitando-se o autor à pena de 1 a 3 meses de detenção. Cabe ressaltar, porém, que esse caráter delituoso atribuído à greve foi modificado ainda em 1890. Para Sayonara, a descriminalização da greve foi o fruto de uma campanha movida pelo recém fundado Partido Operário (SILVA, 2008, p. 133). Subseqüentemente ao

fim desse tipo de crime, determinou-se, entretanto, a criminalização das condutas violentas individuais que pudessem ser cometidas no curso do movimento paredista, consoante a nova redação dada aos Arts. 205 e 206 do Código Penal, pelo Decreto Legislativo n. 1.162, de 12 de dezembro de 1890. Sayonara recorda que Evaristo de Moraes, em vista dessa nova realidade normativa, afirmaria que o direito de greve, pela lei penal vigente no Brasil, está plenamente reconhecido (SILVA, 2008, p. 131).

Do lado da proteção ao trabalhador, o pouco que se via no começo do período republicano era uma normatização voltada ao trabalho das mulheres e dos menores, seguindo fenômeno semelhante ao vislumbrado na Inglaterra e em outros países europeus. Nesse sentido, escreve Sayonara,

“uma das primeiras normas trabalhistas do país refere-se ao trabalho da criança. Trata-se do Decreto n. 1.313, de 1891, que proibiu o trabalho dos menores de 12 anos, salvo a aprendizagem nas fábricas de tecidos, cuja idade mínima fora fixada em 8 anos” (SILVA, 2008, p. 131).

À legislação vedando a greve, somava-se o recurso dos patrões ao governo. Os órgãos de repressão do Estado agiram bastante para preservar os interesses dos industriais. Diz Gorender que “as reuniões de trabalhadores costumavam ser dissolvidas a patas de cavalo e golpes de sabre, não raro com mortos e feridos” (1985, p. 50). Além disso, era comum deportar operários estrangeiros que se destacassem como líderes dos trabalhadores, bem como se verificou a elaboração de listas negras, nas quais qualquer indivíduo que manifestasse contrariedade à ordem instituída tinha seu nome inscrito (GORENDER, 1985, p. 50).

A escalada da luta de classes, porém, trouxe a necessidade dos capitalistas diminuírem seu ímpeto de nunca cederem às reivindicações trabalhistas. A primeira greve geral brasileira, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1903, estimulou uma mudança da mentalidade dos capitalistas, que se viram forçados a “ceder os anéis para não ceder os dedos”. Essa e outras greves, ocorridas ao longo das primeiras décadas do século XX, permitiram, como se verá adiante, a construção de algumas leis em prol da classe trabalhadora. Como dito, uma dessas greves ocorreu no Rio de Janeiro, em 1903. Nesse ponto cabe uma pequena digressão, visando contar fatos do dia-a-dia grevista e, assim, tornar mais nítidos os motivos da luta operária.



### 3.1 A PRIMEIRA GREVE GERAL NO RIO DE JANEIRO

Na virada do século XIX para o XX, o Rio de Janeiro era o maior centro industrial nacional, situação que perdurou até a Primeira Guerra Mundial, quando São Paulo supera a importância carioca na formação do produto interno bruto brasileiro. O crescimento industrial do Rio de Janeiro começou em virtude das condições que passaram a surgir a partir da metade do século XIX.

Após a desintegração das atividades mineradoras, em meados do século XIX, a economia nacional entrou numa fase de depressão que começou a ser revertida com a exploração do café cultivado nas regiões serranas próximas ao vale do Paraíba. O Rio de Janeiro viu multiplicarem-se as casas comissárias, que além de serem responsáveis pela comercialização do café, atuavam como estabelecimentos bancários financiadores da plantação e do custeio das fazendas. Para escoar a produção, que se destinava principalmente ao mercado externo, investiu-se em infraestrutura, como estradas de ferro.

A Guerra do Paraguai, como lembra Francisca Nogueira de Azevedo, também contribuiu para a construção do ambiente em que ocorreu o surto industrial carioca do final do século XIX. Como diz essa escritora, a Guerra do Paraguai “gerou sensível demanda de produtos manufaturados, como consequência da expansão do consumo de armas, pólvora, navios, tecidos, roupas e calçados para a tropa” (AZEVEDO, 2005, p. 14). Em razão desse conflito, também se percebe que foram feitos investimentos nos sistemas rodoviário e ferroviário, assim como se promoveu a liberação dos escravos que se engajaram nas forças combatentes brasileiras, ampliando o mercado consumidor (AZEVEDO, 2005, p. 15).

Com a decadência do setor cafeeiro do vale do Paraíba, causada, entre outros motivos, pelo esgotamento do solo e pelo envelhecimento da mão-de-obra escrava (em razão da proibição do tráfico de escravos, principalmente), a estrutura carioca passou, gradativamente, a servir à indústria manufatureira têxtil que surgia. Aproveitando-se da abundância de algodão a preços baixos, bem como da infraestrutura preexistente (instituições financeiras, mercado consumidor crescente, estradas, porto, ferrovias, etc), indivíduos capitalizados investiram nesse novo segmento industrial.

Com a abolição do tráfico, em 1850, Francisca Nogueira afirma que “houve paulatinamente a substituição de escravos por trabalhadores livres, formando um incipiente grupo de assalariados urbanos” (AZEVEDO, 2005, p. 19). Com a abolição da escravidão, engrossaram-se as fileiras de pessoas dispostas a trabalhar em troca de um salário. E muitos acabaram sendo absorvidos pela indústria em ascensão, mesmo as crianças.

Nas fábricas que surgiram, a situação poderia, como ressalta Francisca Nogueira, ser comparada à existente nos presídios. Nogueira sublinha que “a falta de legislação trabalhista fazia com que dentro da fábrica reinasse o regulamento da empresa” (AZEVEDO, 2005, p. 22). Em outras palavras, os patrões estavam livres para explorar seus empregados até a última gota de suor. Assim como nas fábricas inglesas, no Rio de Janeiro as condições de trabalho eram insalubres, a carga horária era extenuante e a remuneração muito baixa.

Organizados, embora precariamente, os operários do setor têxtil carioca desencadearam, em agosto de 1903, a primeira greve geral do Rio de Janeiro. Os jornais noticiaram bastante o ocorrido, ora se colocando a favor dos grevistas, ora contra. O interessante, porém, não é a posição assumida pelos periódicos da época, como notou Francisca Nogueira, mas os fatos narrados pelos impressos, que evidenciam a forma de luta dos operários, mas também traçam a postura assumida pelo governo e empresários em relação às reivindicações dos grevistas e ao movimento operário em geral.

Das narrativas dessa greve, iniciadas numa quarta-feira, 12 de agosto de 1903, e que tinha como principais objetivos a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias e uma melhor remuneração, merecem destaque algumas passagens, como forma de desenhar melhor o panorama em que eclodiu a greve. Nessa quarta-feira em que estourou a parede, por exemplo, um jornal noticiou que um indivíduo de nome Júlio Batista estava sendo procurado pela polícia por ser considerado o cabeça da greve (AZEVEDO, 2005, p.43). Dias depois, a imprensa veiculava as críticas operárias a determinada fábrica, onde os trabalhadores diziam que a jornada de trabalho superava 12 horas diárias e a remuneração era muito ruim. Na mesma fábrica, os empregados afirmaram ser proibida qualquer forma de associação operária, sob pena de demissão (AZEVEDO, 2005, p. 44). Diante de tais palavras, convém resgatar o que escreveu Francisca Nogueira sobre a posição do

Estado relativamente à organização operária: “o Estado republicano, a exemplo do Império, também não reconhece o direito de associação dos trabalhadores, e tanto os partidos políticos operários quanto às organizações sindicais são mantidos na ilegalidade” (AZEVEDO, 2005, p. 44).

A utilização do aparato repressivo estatal fica evidente em diversas passagens dos jornais. Em 16 de agosto, por exemplo, um jornal noticiou que “todas as fábricas da cidade estão guardadas por força policial” (AZEVEDO, 2005, p. 49). Outra grande notícia da época foi a solidariedade manifestada pelos estivadores, que inicialmente não haviam aderido à greve deflagrada pelos trabalhadores do setor têxtil. A adesão dos estivadores representou um enorme ganho de força para o movimento grevista, já que eles eram fundamentais para o funcionamento dos portos do Rio de Janeiro. Agora os industriais e o governo teriam que ser mais flexíveis quando mantivessem negociações com os paredistas.

O final do movimento foi marcado pela conquista de jornadas de trabalho menos desumanas e por melhores remunerações, embora não para todos os trabalhadores que se envolveram na luta. A maior conquista, porém, como conclui Francisca Nogueira, “foi a consolidação do operariado, o desenvolvimento de estratégias de luta e o caminho para a organização de centrais de trabalhadores” (AZEVEDO, 2005, p. 213-214). Na nova realidade, os empresários, surpreendidos pela combatividade dos trabalhadores, buscaram mudar sua forma de encarar o movimento operário. Os industriais perceberam a necessidade de estabelecer um ponto de equilíbrio no processo exploratório da mão-de-obra, senão poderiam ser o alvo de uma revolução social destruidora da sua situação privilegiada. Essa mudança começa com a diminuição dos óbices à legislação trabalhista, como se nota ao longo das primeiras décadas do século XX.

### 3.2 A CONTINUIDADE DA LUTA OPERÁRIA APÓS 1903

Em 1906, como reflexo da organização operária, ocorreu, no Rio de Janeiro, o I Congresso Operário Brasileiro. Nesse evento, prevaleceram os ideais anarquistas, portanto a construção de um partido político ficou inviabilizada. Para os anárquicos,

o adequado é partir para a luta direta, recusando qualquer participação no jogo político nacional.

Um ano depois, em 1907, ocorreu outra demonstração de força por parte dos trabalhadores, que promoveram uma greve geral em São Paulo (a realização de tal parede havia sido deliberada no Congresso Operário de 1906, com vistas à obtenção da redução da jornada de trabalho para 8 horas). A resposta governamental foi a repressão policial e a edição de diplomas normativos voltados ao controle do movimento operário. Uma dessas leis repressoras veio com o Decreto n. 1.641/1907, que previa a expulsão de estrangeiros que pudessem prejudicar “a segurança nacional ou a tranqüilidade pública”. A exceção para essa nova regra dizia respeito aos estrangeiros que fossem casados com brasileiras, que tivessem filhos brasileiros, ou com no mínimo dois anos de residência no Brasil.

Os conflitos trabalhistas, que segundo a historiografia sofreram uma queda em 1908, voltaram a se intensificar em 1913. Novamente, a política repressora foi acionada, impulsionada pela atuação empresarial, policial, judiciária e legislativa. Elaborou-se, por exemplo, o Decreto n. 2.741, que estendeu a possibilidade de deportação de estrangeiros, inclusive vedando qualquer recurso judicial contra a decisão de expulsão.

Cabe lembrar que nesse ano os operários já contavam com a lei que Sayonara chama de primeira lei de sindicalização do país (SILVA, 2008, p. 132). Trata-se do Decreto n. 1.637, de 5 de janeiro de 1907, que assegurou o direito à formação de sindicatos a todas as categorias profissionais. Ressalte-se que o Decreto n. 979, de 6 de janeiro de 1903, que permitiu a criação de sindicatos rurais mistos, não é considerado como o diploma pioneiro no campo sindical porque não teve qualquer repercussão prática. O Decreto n. 1.637 consubstanciou-se numa vitória aos operários, já que a visão dos industriais era notoriamente liberal, o que significava a aceitação da negociação apenas com o trabalhador individualmente considerado. Nas palavras de Wanderley Guilherme dos Santos, trazidas por Sayonara, “a aceitação de que atores coletivos possam ser interlocutores no debate provocou uma fissura na ordem jurídica liberal calcada no indivíduo” (SILVA, 2008, p. 133).

Nos anos seguintes, em virtude da Primeira Guerra Mundial, a situação da classe trabalhadora piorou. Lembra Sayonara que a guerra gerou, entre outros

efeitos, “o colapso cambial provocado pelas remessas de recursos econômicos para o pagamento de compromissos externos” e o crescimento da inflação (SILVA, 2008, p. 135). Naturalmente, o número de movimentos grevistas aumentou.

Em 1917, em São Paulo, estourou uma parede de grandes proporções, em resistência ao aumento da jornada de trabalho e buscando reajuste salarial. Notas de Sayonara indicam que a greve, a princípio restrita ao Cotonifício Crespi, espalhou-se por São Paulo, ficando mais tensa com a morte de um operário. Os cariocas, em solidariedade aos trabalhadores paulistas, aderiram à greve, o que, segundo estimativas, resultou em aproximadamente 50 mil trabalhadores parados no Rio de Janeiro (SILVA, 2008, p. 135). Em 1919, outra greve geral assolou São Paulo. Além de reivindicar direitos trabalhistas, como a jornada de 8 horas, os trabalhadores ficaram inconformados com a demissão de um companheiro que alegava estar sofrendo perseguição da gerência por ter discursado no dia 1º de maio (SILVA, 2008, p. 135).

O período de 1917 a 1919, rasgado por greves de grandes proporções foi, para Boris Fausto, uma forma de tirar a questão social do esquecimento. A década seguinte, continuando a tendência de intensificação da atuação operária, viu a ascensão dos comunistas como força política, deixando em segundo plano os anárquicos. A estratégia, nesse novo momento, não era mais a luta direta sem a tentativa de participar dos canais institucionais (via partidos políticos), como propugnavam os anarquistas. Agora o jogo político nacional também seria prioridade para os trabalhadores.

A luta dos trabalhadores no começo da década de 1920, embora bem menos intensa do que nos anos imediatamente anteriores, não passou despercebida pelos capitalistas. Estes, assim como o operariado, procuraram se organizar, como notícia Sayonara, pois montaram uma rede de informações que incluía listas contra grevistas. A repressão costumeira, claramente, não deixou de ser praticada.

Em 1919, o Brasil assinou o Tratado de Versailles, o que consistiu num duro golpe contra a classe industrial. O Estado brasileiro assumiu, com essa adesão, o compromisso de intervir nas relações de trabalho, algo totalmente dissonante da linha de pensamento que norteou, desde 1891, a atuação governamental. Encerrou-se, para Werneck Vianna, a fase liberal clássica iniciada em 1891, período em que

era repelida pelos empregadores qualquer tentativa estatal de atuar sobre o mercado.

É fato que mesmo antes dessa vinculação do Brasil ao Tratado de Versailles, já se notava o trabalho do Estado para construir um direito do trabalho. É o que indica a atuação do parlamentar Maurício de Lacerda, que participou da Comissão Especial de Legislação Social, na qual se debruçou ao estudo de um Código do Trabalho. Como era de se esperar, o projeto de Código elaborado foi fortemente atacado, argumentado-se que era inconstitucional. Maurício de Lacerda, curiosamente, acabou sendo cassado sob acusação de ser comunista. Diante de posicionamentos como o de Borges de Medeiros, então presidente do Rio Grande do Sul, que chamava o projeto de “aberração legislativa” e alegava sua inconstitucionalidade “naquilo que regulava o trabalho de menores e a jornada de trabalho”, a cassação de Lacerda não é grande surpresa (SILVA, 2008, p. 137).

Após 1919, as intervenções legislativas seguiram duas linhas: uma de natureza repressiva, voltada a frear o movimento operário; outra de índole protetora, satisfazendo parte dos anseios dos trabalhadores. No primeiro grupo tem-se o Decreto n. 4.269, de 17 de janeiro de 1921, a Lei Infame, do senador Adolfo Gordo, que abriu espaço para o governo “ordenar o fechamento, por tempo determinado, de associações, sindicatos e sociedade civis quando incorram em atos nocivos ao bem público”. No segundo grupo, há, para os ferroviários, as Caixas de Aposentadorias e Pensões, determinada pelo Decreto n. 4.682, de 1923 (esse benefício terminou, posteriormente, estendido aos portuários e marítimos). Em 1925, promulga-se a Lei de Férias, que, conforme Sayonara, assegurou “férias remuneradas de 15 dias a cada ano de efetivo trabalho aos empregados e operários dos estabelecimentos comerciais, bancários e industriais” (SILVA, 2008, p. 138). Por fim, em dezembro de 1926, promulgou-se o Código de Menores (Decreto n. 5.083), que proibia o trabalho para menores de 12 anos, bem como dos menores de 14 anos que não tivessem terminado o primário. É importante lembrar, como sublinha Gorender, que

“o patronato procurou ganhar tempo, conceder muito pouco em matéria legal e aplicar o mínimo do que ficasse registrado na lei. Basta dizer que a lei de acidentes de trabalho só teve sua regulamentação em 1935, quando começou a ser posta em prática. A lei de férias ficou quase no papel até 1932” (GORENDER, 1985, p. 51).

O ponto culminante dessa reviravolta legislativa talvez seja a revisão constitucional de 1926. Por essa reforma, que veio com a Emenda n. 22, o Congresso Nacional passou a deter a competência para legislar sobre trabalho. A grande importância desse acontecimento deriva da previsão expressa, num texto constitucional que até então constituía o sustentáculo do liberalismo clássico, de um canal para a intervenção estatal sobre o mercado de trabalho. Nos dizeres de Sayonara, “a reforma provocou uma fissura no sistema liberal republicano da Constituição de 1891” (SILVA, 2008, p. 138).

Estava dado mais um passo para a consolidação do direito do trabalho no Brasil. A grande mudança causada pela Emenda n. 22 trouxe, porém, mais instabilidade para as relações entre oligarquias agrárias exportadoras (na época, controladoras da máquina estatal) e industriais. Isso porque, ao mesmo tempo em que as oligarquias agrárias tentavam manter seu poder político cedendo às pressões populares, desagradavam os capitalistas. A instituição de inúmeras leis trabalhistas foi, portanto, também, propulsora da crise de 1930.

### 3.3 O CONTROLE ESTATAL DA SOCIEDADE COMEÇA A GANHAR CORPO

Logo após a revolução de 1930, em que a Aliança Liberal toma o poder, o país presenciou uma série de greves. Nesse contexto, o novo governo, pautado em idéias intervencionistas, começou brevemente a estabelecer formas de controle do movimento operário. Uma das primeiras atitudes foi a Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), pelo Decreto n. 19.433, de novembro de 1930. Também foi editada norma destinada a restringir a contratação de estrangeiros e, por conseguinte, enfraquecer o sindicalismo (é importante lembrar que os estrangeiros eram bastante atuantes na eterna luta entre patrão e empregado). Assim, a realidade indicava que as questões presentes no programa da Aliança Liberal, como o código mínimo do trabalho e a generalização da previdência, se fossem desenvolvidas, teriam como pano de fundo um ambiente amplamente dominado pelo Estado.

Nesse sentido da intervenção governamental sobre o mercado de trabalho, tem-se, ainda, o Decreto n. 19.770. Por essa norma, para que um sindicato fosse

reconhecido e viesse a adquirir personalidade jurídica, seu estatuto deveria ser submetido previamente ao crivo do ministerial. Esse mesmo decreto lançou a unicidade sindical, contrapondo-se à pluralidade sindical anteriormente vigente. Pelo seu texto, é inviável o reconhecimento de mais de um sindicato por classe. O trabalho governamental para controlar o sindicalismo e, com isso, frear os movimentos operários, foi além. Segundo Sayonara,

“toda e qualquer alteração estatutária estava subordinada à aprovação do MTIC para vigorar”, “foram instituídos delegados ministeriais com a tarefa de assistir às assembleias sindicais e de fiscalizar as finanças trimestralmente”, e “as entidades poderiam ser fechadas por ordem do Departamento Nacional do Trabalho, as diretorias destituídas e delegados interventores nomeados pelo ministro para dirigir a entidade” (SILVA, 2008, p. 142).

A legislação que pode ser qualificada como positiva para o trabalhador também veio. Após a deterioração da situação econômica nacional, em 1931, e a concomitante realização de paredes, que em São Paulo pugnaram pelo cumprimento das promessas da Aliança Liberal, o governo lançou vários decretos. Como exemplos, há o Decreto n. 21.175, de 1932, que instituiu a Carteira Profissional, e os Decretos 21.186 e 21.364, que fixaram a jornada de 8 horas diárias no comércio e na indústria. Outro decreto que merece atenção é o de número 21.396, criador das Comissões Mistas de Conciliação. A partir desse decreto, os conflitos coletivos de trabalho tinham, obrigatoriamente, que ser apresentados perante as Comissões. Havia uma série de medidas punitivas àqueles que não seguissem essa nova determinação do governo, como a suspensão ou demissão dos empregados que paralisassem suas atividades sem levar suas reivindicações à conciliação prévia.

O passo seguinte à construção de um canal institucional para dirimir os conflitos trabalhistas de natureza coletiva, o governo trouxe à tona o Decreto n. 22.132, de 1932, que previa as Juntas de Conciliação e Julgamento como caminho à solução dos litígios individuais. O problema é que somente no início foi permitido o acesso de empregados não sindicalizados a esse novo recurso. Após certo prazo, apenas aqueles que tivessem vinculação a um sindicato reconhecido pelo Estado poderiam submeter às Juntas as suas reclamações.

Um dos golpes finais do governo na batalha para a luta operária foi o Decreto n. 23.768, de 1934. Inteligentemente, o governo regulamentou as férias



remuneradas de 15 dias para parte dos trabalhadores urbanos, mas limitou esse direito aos trabalhadores ligados a sindicatos reconhecidos. Isso promoveu a busca do reconhecimento oficial pelas entidades representativas que ainda estavam fora do domínio estatal. Nas palavras de Luiz Werneck Vianna<sup>3</sup> (1999, citado por SILVA, 2008, p. 148), “as entidades sindicais livres foram impulsionadas para o interior do aparato estatal, não só por meio dos mecanismos repressores, mas também através dessas normas de incentivos aos seus sindicalizados, aos quais foram atribuídos direitos específicos”.

Em conclusão sobre os primeiros anos de governo da Aliança Liberal, Sayonara afirma que “o Estado atuou desmobilizando as classes operárias através da cooptação, seja através da repressão, para logo após mobilizá-la em sua estrutura de forma controlada” (SILVA, 2008, p.148).

Em 1934, a nova Constituição representou maior sustentação às políticas governamentais de intervenção social, na medida em que ampliou os poderes da União. Há, porém, um ponto em que os constituintes atuaram contrariamente aos interesses do Estado. Relativamente à questão sindical, a Constituição consagrou a autonomia sindical e a pluralidade sindical. O governo, defensor da unicidade sindical, agiu rapidamente, antes mesmo da entrada em vigor do novo texto constitucional. Em 12 de julho de 1934, o MTIC divulgou o Decreto n. 24.694, que firmava uma linha totalmente oposta à pregada pela Constituição que viria a ser promulgada logo em seguida. Apesar dessa inconsistência, tal decreto não foi declarado inconstitucional. Esse mesmo decreto, como salienta Sayonara, buscou “ampliar o controle da mão-de-obra ao exigir que apenas os empregados que possuíssem a Carteira Profissional poderiam sindicalizar-se” (SILVA, 2008, p. 153). A autora completa dizendo que “os trabalhadores já sindicalizados que não tivessem a carteira deveriam ser excluídos dos sindicatos se não as obtivessem no prazo de seis meses” (SILVA, 2008, p. 153).

A nova Constituição, no que tange o direito de greve, foi omissa. No capítulo intitulado Ordem Econômica e Social, no qual foram albergados os direitos sociais, não fez qualquer menção ao direito de greve, embora os trabalhadores, através do projeto de Emenda n. 260, tenham tentado estabelecer esse direito para os empregados sindicalizados. As críticas a essa inclusão foram fortes e envolveram

---

<sup>3</sup> VIANA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 4ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 184-186.

argumentos como a contradição entre autotutela (buscada pela greve) e tutela jurisdicional.

Em 1937, outra Constituição, outorgada por Vargas, promoveu a consolidação do autoritarismo e centralização do poder que se delineavam desde 1930. Era o Estado Novo que nascia. O novo texto constitucional, como ensina Florival Caceres,

“fortaleceu o Executivo nacional, acabando com a autonomia dos estados e o federalismo. Os poderes Legislativo e Judiciário foram enfraquecidos. Na prática, não existiu poder Legislativo durante o Estado Novo, pois todas as Câmaras (Municipais, Assembléias Estaduais e Câmara dos Deputados) e o Senado foram extintos. Os direitos individuais foram suspensos e extinguíram-se os partidos políticos” (CÁCERES, 1993, p. 280).

Nas palavras de Sayonara, em face da ausência de um plebiscito para ratificar a Carta de 1937, se instalou no Brasil “a pura e simples ditadura” (SILVA, 2008, p. 155).

Uma demonstração clara de que a nova Constituição estava alinhada com uma ideologia autoritária e cerceadora das lutas operárias foi o tratamento que ela conferiu ao instituto grevista. Primeiro documento de natureza constitucional a abordar a greve, a Carta de 1937 não foi favorável aos trabalhadores, já que pelo seu texto a parede era, assim como o lock-out, um recurso anti-social nocivo ao trabalho e ao capital e incompatível com os superiores interesses da nação.

Na década de 1940, com a Segunda Guerra Mundial, diversos dispositivos da legislação social foram suspensos. O governo, como escreve Sayonara, passou a dar “ainda mais atenção aos reclamos das indústrias em face dos esforços de guerra” (SILVA, 2008, p. 175). Sayonara também lembra que

“a jornada de trabalho retorna a 10 horas diárias em inúmeros setores econômicos, como o têxtil, onde foi proibido o pedido de demissão ou a simples ausência ao trabalho, as reuniões sindicais necessitavam de prévia autorização governamental e delas não poderiam participar operários provenientes dos países com os quais o Brasil estava em guerra” (SILVA, 2008, p. 175).

Foi nesse contexto que emergiu, em 1943, a Consolidação da Leis de Trabalho, obra em que se aglutinaram leis trabalhistas e sindicais estabelecidas nos anos precedentes.

É importante salientar que desde 1930, no plano ideológico, o governo promoveu um trabalho direcionado a fazer a massa operária acreditar que as leis trabalhistas foram um “presente” governamental para a classe trabalhadora. Os

governantes queriam, desse modo, que os trabalhadores não enxergassem a legislação social como o resultado da luta de classes empreendida desde o final do século XIX. Com a construção desse mito da outorga dos direitos pelo Estado, os governantes visavam, em última instância, colocar o governo como aliado dos trabalhadores. Poderiam, com isso, arrefecer os anseios de luta da classe operária, bem como evitar críticas mais contundentes às políticas governamentais.

### 3.4 O FIM DO ESTADO NOVO E O NASCIMENTO DE UMA PSEUDO-DEMOCRACIA

Em meados da década de 1940, enquanto os países do Eixo rumavam para uma derrota na Segunda Guerra Mundial, desenvolveu-se no Brasil um movimento de luta pela redemocratização. O autoritarismo brasileiro, representado, no plano legislativo, pela Carta de 1937, já não era mais sustentável. Getúlio, percebendo essa mudança no cenário nacional, procurou se colocar na liderança do processo de redemocratização, editando a Lei Complementar n. 9, que convocou eleições parlamentares. O governo também tomou medidas visando alinhar a atuação do governo com os novos ares democráticos, como a liberação de lideranças comunistas e operárias que estavam presas, bem como elidindo certas restrições às entidades sindicais.

A tentativa de Vargas de permanecer no poder não obteve êxito. Em outubro de 1945, Vargas é deposto, e antes mesmo das eleições o governo é provisoriamente assumido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. O Presidente interino, pelo Decreto-lei n. 8.740, de 1946, tentou alterar o regime sindical do país, cuja marca era a unicidade. Além do estabelecimento da pluralidade sindical, Linhares intentou afrouxar os laços de controle ministerial sobre os sindicatos, algo que poderia fortalecer o movimento operário. Essas mudanças, porém, não foram implementadas. Após ser eleito Presidente, Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra de Vargas, promoveu uma série de medidas voltadas à manutenção do tratamento repressivo do governo em relação aos movimentos operários. Uma dessas atitudes foi o Decreto n. 8.897-A, de 1946, que impediu a

pluralidade sindical, retirando do horizonte as esperanças dos que almejavam um país efetivamente democrático.

Além do Decreto n. 8.897-A, Dutra, envolto num contexto de greves, editou o Decreto-lei n. 9.070, de 1946. Rotulado como Lei de Greve, essa norma, ao regular o movimento paredista, proibiu a sua realização em atividades consideradas essenciais. Quanto às atividades tidas como acessórias, a Lei de Greve trouxe uma permissão, mas isso apenas se antes da deflagração de greve, a situação ensejadora da parede fosse levada ao conhecimento da Justiça do Trabalho. Se um movimento violasse a regulamentação trazida pelo Decreto-lei n. 9.070, os grevistas estariam sujeitos à qualificação de seus atos como falta grave. Nota-se, dessa nova legislação, que o governo Dutra, rodeado por reivindicações operárias, trouxe para si a competência para declarar ilegal toda e qualquer parede. Isso significou, para o Brasil, a permanência de um sistema jurídico autoritário, mesmo no pós-guerra, momento em que diversos países europeus caminhavam em sentido oposto, qual seja o fim da opressão estatal.

A despeito do controle anti-democrático que o Estado trabalhava para manter sobre as greves, é de se ressaltar que a Lei Maior de 1946 foi o primeiro documento de força constitucional que declarou as paredes como direito do trabalhador. Diz o art. 158 desse diploma: “é reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará”. Difere, pois, do texto da Constituição de 1937, que inscrevia a greve no plano dos atos anti-sociais. Doutrinadores como Werneck Vianna<sup>4</sup> (1999, citado por SILVA, 2008, p. 183) sustentam que a obra favorável aos trabalhadores refletiu, também, a pressão proveniente de fora do Brasil. Nesse sentido, na Conferência de Chapultepec, da qual o Brasil participou, a greve havia sido reconhecida como direito dos povos da América Latina (SILVA, 2008, p. 183). Sayonara assevera essa perspectiva, ao dizer que “o reconhecimento do direito de greve foi estimulado pelo contexto internacional e pelo reconhecimento deste direito nos fóruns internacionais” (SILVA, 2008, p. 183).

Entre 1946 e o golpe militar de 1964, o movimento de luta operária foi expressivo. As ações estatais visando enfraquecer a organização dos trabalhadores, como as intervenções nas entidades sindicais e nas uniões intersindicais, também foram uma constante. A repressão governamental foi tão significativa que, em 1950,

---

<sup>4</sup> VIANA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 4ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 184-186.

o Ministério do Trabalho exigia, como condição de elegibilidade para cargo sindical, que fosse apresentada pelo candidato uma certidão negativa de ideologia. Diante desse quadro, fica difícil afirmar, como é comumente feito pelos historiadores, que o período inaugurado com o fim do Estado Novo seja efetivamente de ares democráticos. Isso, aliás, a própria ausência de pluralidade sindical já indicava.

Os anos seguintes à Carta de 1946, como mencionado, foram pontuados por manifestações de trabalhadores. Em 1953, em São Paulo, a classe operária realizou uma greve que ficou conhecida como Greve dos 300 mil. Nesse evento, trabalhadores se opuseram à política de estabilização monetária, o que significava contenção salarial. Durante o governo de Juscelino Kubitschek, iniciado em 1956, estourou outra parede, reunindo um número de pessoas que alçou essa paralisação ao posto de maior já ocorrida no país até então. Era a greve dos 400 mil, que tinha como pano de fundo, além da contenção salarial, a crescente inflação.

Como é possível perceber, os movimentos grevistas do período iniciado em 1946 não se voltavam apenas para contra os empregadores, mas também contra o governo. Essa forma de atuação também se verificou na década de 1960. Em congressos sindicais da primeira metade da década de 1960, a fala dos líderes acusava a incorporação de interesses como a reestruturação política e econômica do país. O Comando Geral dos Trabalhadores, uma união intersindical, demonstrava essa realidade, ao passo que sua pauta de reivindicações continha a luta pelas chamadas reformas de base.

Em 1962, eclodiu uma paralisação de grandes proporções, baseada em vários pedidos de caráter político e trabalhista. As reivindicações englobavam o aumento de 100% no salário mínimo, o congelamento dos preços, o direito de sindicalização dos trabalhadores do campo, a realização de um plebiscito nacional focado na questão do retorno ao presidencialismo, etc. O plebiscito em foco acabou sendo, inclusive, efetivado no mesmo dia da Greve Geral de 24 horas. Ainda em 1962, outra greve de natureza política foi promovida: em julho, os trabalhadores cruzaram os braços contrariados pela recusa do Congresso em aceitar o gabinete indicado por João Goulart, o Jango. Ao mesmo tempo, esses empregados visaram um ponto diretamente relacionado à sua vida laboral, que era a criação da gratificação natalina. É de suma importância sublinhar que essa paralisação contribuiu para o surgimento da Lei n. 4.090, de 13 de julho de 1962, instituidora do

13º salário. Isso prova que as greves, a despeito de suas naturezas, foram e podem ser responsáveis pela conquista de benefícios para os trabalhadores. É nesse ponto que se torna temerário condenar qualquer movimento paredista por atacar, em seu discurso e prática, a ordem instituída ou as políticas do Estado. A recusa a essa atuação ampla enseja a dúvida sobre como seria a situação dos empregados brasileiros na década de 1960. O mesmo raciocínio tem valor para a contemporaneidade, quando o trabalhador poderia estar vivenciando uma situação menos confortável da que já existe (ser mais explorado do que já é). Outra parede que também mirou indiretamente na situação dos trabalhadores, ao pressionar os dirigentes do Estado por reformas legislativas e políticas, ocorreu em outubro de 1963, em São Paulo. Nessa ocasião, operários do setor industrial paulista não tinham como único objetivo a constituição de novos direitos e o real cumprimento dos já existentes. Também se mobilizaram para, como dito, compelir os governantes a agir em prol da classe trabalhadora, realizando reformas econômicas, legislativas, políticas, etc.

Pouco antes da deposição de Jango pelos militares, já sob os rumores do golpe, uma organização dos trabalhadores, o Comando Geral dos Trabalhadores, se preparou para a deflagração de uma greve, caso a ordem fosse sublevada. Com a concretização do golpe, os sindicatos levaram adiante o plano de paralisação, afetando o Rio de Janeiro e Santos. A movimentação, porém, não foi longe. Tinha começado um dos momentos mais difíceis para as lutas operárias.

### 3.5 ANOS DE CHUMBO: DO GOLPE MILITAR DE 1964 À REDEMOCRATIZAÇÃO DE 1984

Logo na apresentação de seu livro “A greve no direito brasileiro”, Raimundo Simão de Melo (2009, p. 11) conta sobre algo que lhe motivou a se debruçar sobre o instituto grevista:

“Há algum tempo um fato me chamou a atenção e provocou em mim a vontade de estudar, refletir e conhecer melhor o fenômeno da greve. Tal ocorreu quando eu ainda estava na Faculdade de Direito, no segundo ano, no efervescer da ditadura militar. Naquela época praticamente não se fazia greve, porque a repressão contra qualquer movimento popular era certa. Também pouco se discutia sobre o instituto da greve, pois o seu autor

poderia ser considerado um subversivo. Ingenuamente fiz uma pergunta ao Professor de Direito do Trabalho, apenas querendo entender o que significava e como se fazia uma greve. Era curiosidade de estudante. A resposta foi seca e por pouco não fui expulso da sala de aulas. Os anos se passaram, o curso terminou e eu nada sabia sobre a greve.”

O relato anterior demonstra o clima existente durante o regime militar iniciado em 1964. Era um ambiente em que a liberdade de expressão, aqui inclusa a liberdade de manifestação operária, era fortemente cerceada.

Logo após o golpe, o regime promulgou nova legislação para regular os movimentos paredistas, a Lei n. 4.330, de 1º de junho de 1964. Esse novo marco legal era ainda mais restritivo que a precedente, que havia sido concebido durante a gestão Dutra. Em face das dificuldades impostas para a deflagração de greves, tal lei chegou a ser chamada de lei antigreve. Entre outras disposições, a Lei n. 4.330/64 proibiu a paralisação de funcionários e servidores públicos, salvo nos casos de regência pela CLT ou de receberem remuneração que não era fixada por lei; estabeleceu que as greves não poderiam ocorrer antes de dez dias após a decisão sobre sua realização; trouxe a figura dos delegados indicados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social para dentro dos sindicatos, abrindo margem para que esses representantes do governo participassem das assembléias, interferindo nos trabalhos sindicais; transformou em violência contra pessoas e bens “insultos, afixação ou ostentação de cartazes ofensivos às autoridades ou ao empregador, sob pena de demissão por falta grave” (SILVA, 2008, p. 205).

O problema do prazo de dez dias para a eclosão da greve, após deliberação em assembléia, era que uma vez julgado o dissídio coletivo, o movimento trabalhista, se continuasse, seria tido como ilegal. E, como era comum, empresários e governo trabalhavam conjuntamente para que os dissídios fossem julgados o quanto antes, impedimento a ocorrência de paredes legítimas perante a legislação. Martins, citado por Sayonara, lembra um caso em que foi apressado o julgamento do dissídio coletivo, com vistas a impedir uma parede:

“o julgamento do dissídio coletivo foi marcado para uma terça-feira. O sindicato dos metalúrgicos marcou a greve para a zero hora da segunda-feira, considerando que isso seria uma pressão sobre o Tribunal. Mas o Ministro Barata veio a São Paulo imediatamente e mandou que o Tribunal se reunisse extraordinariamente na sexta-feira, para julgar o dissídio. Convocado com urgência no sindicato, o presidente foi ao Tribunal para ver a concessão de um reajuste de 4% a mais do que o percentual

estabelecido pelo governo e que era proposto pelos patrões. Com o julgamento, a greve foi anulada” (SILVA, 2008, p. 205).

No plano constitucional, a greve foi admitida, mas apenas nas atividades que não fossem qualificadas como essenciais. Ao texto da Carta de 1967 foi somado, em 1978, o Decreto-lei n. 1.632, que para o governo significou uma tentativa de frear o aumento das paralisações. Esse decreto ampliou o rol de atividades consideradas essenciais, além de proibir diminuições do ritmo de trabalho. O texto do decreto também abriu espaço para que, no campo industrial, novas atividades pudessem, via decreto presidencial, taxadas como de interesse nacional (essencial, portanto).

Além da restrição às greves imposta pela Lei n. 4.330/64, os trabalhadores também foram atingidos por uma política de compressão salarial. Os dirigentes do país intentavam, com isso, consoante o discurso oficial, combater a inflação. Para se ter uma noção dos impactos desse controle governamental sobre os salários, entre 1964 e 1970, o poder de compra do salário mínimo caiu cerca de 75%.

A implementação dessa política de achatamento salarial não foi levada a efeito sem uma ampla atuação do Executivo para conter a autonomia da Justiça do Trabalho. Primeiro foi editada a Lei n. 4.725, de 1965, que criou regras para o controle salarial. Logo em seguida, também em 1965, editaram a Lei n. 4.906, que, nas palavras de Sayonara, “passou a tornar obrigatório o cumprimento, pelo Judiciário, do mecanismo de reajuste salarial determinado previamente” (SILVA, 2008, p. 197). Sayonara conclui que

“o resultado final teria sido um mero deslocamento, do Ministério da Fazenda para a Justiça do Trabalho, da aplicação de parte da política salarial, pois ao resgatar ao Judiciário o seu poder normativo caberia a ele próprio limitar ‘os aumentos exagerados’” (SILVA, 2008, p. 198).

Noutras palavras, o poder normativo da Justiça do Trabalho, alardeado como uma conquista, como o fez Arnaldo Sussekund, que à época era Ministro do Trabalho, estava amarrado à política econômica dos militares.

A atuação do Judiciário para promover a política de compressão salarial implicou numa alteração das reivindicações dos trabalhadores. As prioridades dos empregados, que antes era manter ou aumentar o nível salarial, passaram a ser outras, já que o pleito salarial estava fadado a ter resultados previamente estabelecidos pelo governo. As demandas, no novo contexto, incluíram pontos



relativos à melhora das condições de trabalho, à garantia de emprego e a aspectos que poderiam, indiretamente, repercutir em ganhos salariais.

O quadro que se construiu na ditadura foi complementado pela alteração do sistema único de estabilidade no emprego. Até 1966, os empregados tinham dois direitos que visavam a concretização do princípio da continuidade da relação de emprego: o direito à estabilidade após dez anos de serviço para um empregador (regime da estabilidade decenal), que se consubstanciava num óbice jurídico à dispensa imotivada (denúncia vazia do contrato de trabalho), exigindo, para a rescisão contratual, a realização de inquérito judicial para apuração de falta grave do obreiro; e o direito de receber, após mais de um ano de prestação de labor, caso ocorra dispensa sem justa causa, uma indenização por tempo de serviço, calculada à base de um mês de remuneração por ano ou fração igual ou superior a seis meses.

A estabilidade decenal tem suas raízes na Lei Elói Chaves (a Lei Previdenciária n. 4.682, de 24/01/1923), que criou as Caixas de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários, garantindo a essa categoria profissional, também, a estabilidade, depois de 10 anos de serviços. Posteriormente, esse benefício foi estendido a outras categorias, até ser, pela Lei n. 62, de 5/01/1935, generalizado a todo o mercado de trabalho urbano. A Carta de 1937 consagrou esse direito aos trabalhadores urbanos, como também o fez a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943. Em 1946, a Carta Constitucional ampliou a garantia de emprego, que agora atingiria trabalhadores urbanos e rurais. cabe lembrar, como escreve Maurício Godinho Delgado, que “a jurisprudência das décadas de 1940 até os anos 1960 considerava sem eficácia a extensão da estabilidade no emprego ao rurícola, a qual se consumou somente com a Lei n. 4.214, de 1963” (DELGADO, 2009, p. 1138).

Os empregadores, diante da estabilidade decenal e da indenização por tempo de serviço, tinham um forte entrave para a acumulação de capital. Luiz Werneck Vianna<sup>5</sup> (1999, citado por DELGADO, 2009, p. 1138) cita pesquisa realizada pela Universidade de Harvard no início dos anos 60, para destacar a insatisfação dos capitalistas frente à estabilidade de emprego após 10 anos de trabalho:

“Com o propósito de conhecer as opiniões dos empresários brasileiros face ao Estado, verificou que a maioria dos entrevistados se mostrava

---

<sup>5</sup> VIANA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 4ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 343-344.

insatisfeita com esse instituto. Perguntados sobre se existia em suas empresas diretriz de pessoal destinada a limitar o número de casos de empregados estáveis – prática proibida por lei – 49% respondeu negativamente, enquanto 46% de modo afirmativo. Alegando que a estabilidade conspirava contra a produtividade, 64% dos empresários pronunciaram-se contra sua incidência na vida das empresas”.

Num ambiente de grande autoritarismo, guiado por um discurso oficial defensor de políticas econômicas neoliberais, a insatisfação empresarial com o regime de estabilidade único, bem como com a indenização por tempo de serviço, acabou em razão da Lei n. 5.107, de setembro de 1966. Esse diploma legal instituiu o regime do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), sistema em que o empregador depositaria, mensalmente, numa conta específica, 8% do valor do complexo salarial mensal, ficando esses depósitos à disposição do empregado em caso de denúncia vazia do contrato de trabalho. A lei era vantajosa para os empregadores porque, caso o trabalhador, no momento da admissão, optasse pelo sistema do FGTS, estaria automaticamente excluído do regime da estabilidade decenal. Os depósitos apenas não poderiam ser sacados pelo trabalhador nas situações de pedido de demissão e de rescisão contratual por justa causa obreira, embora nessas hipóteses os valores depositados permanecessem como patrimônio do obreiro. O problema é que, como se disse, a opção deveria ser tomada no momento da contratação, o que significou, nas palavras de Délio Maranhão<sup>6</sup> (2004, citado por SILVA, 2008, p. 198), “optar pelo regime do Fundo ou não obter o emprego”. Por fim, cabe sublinhar que o governo também ganhou muito com essa nova sistemática, já que se criou uma enorme fonte de recursos para o financiamento dos projetos governamentais.

Outro aspecto que se situa no bojo das políticas estatais para dirimir os conflitos de classes é a intervenção sobre os sindicatos e a negativa em permitir que essas entidades promovessem negociações coletivas fora dos estritos limites postos por normas conectadas à política de compressão salarial.

Para o governo, os sindicatos deveriam subsistir como instituições executoras de funções delegadas pelo Poder Público e, portanto, voltadas à concretização das políticas estatais. Para tanto, foram perseguidas e presas as lideranças sindicais contrárias ao regime ditatorial e foram nomeados interventores para ocupar os postos dos sindicalistas cassados e presos, medidas que não

---

<sup>6</sup> MARANHÃO, D. *et al.* Instituições do direito do trabalho. 21ª ed. São Paulo, LTr, 2004, p. 650.

encontravam qualquer obstáculo no texto da CLT. A CLT, aliás, estabelecia a licitude desses mecanismos legais repressivos. Com essa atuação, o Estado buscou alterar o foco do trabalho sindical, fazendo com que a luta por melhores condições de trabalho fosse suplantada pelo assistencialismo prestado pelos sindicatos. Para atingir esse objetivo foi editada, em 1976, a Lei n. 6.386, que, ao alterar o regime legal da contribuição sindical obrigatória, ampliou o rol de serviços que podiam ser financiados pelo imposto arrecadado. Entre outras novidades, o imposto passou a poder ser utilizado para financiar assistência hospitalar e farmacêutica, creches, congressos e conferências. Não era permitido, porém, usar os recursos provenientes da cobrança do imposto com um fundo de greve, o que demonstra a intenção governamental de enfraquecer os trabalhadores.

Relativamente à negociação coletiva, os trabalhos sindicais foram limitados por normas promotoras da compressão salarial. É o caso dos artigos 623 e 624 da CLT, cujos textos, respectivamente, prevêm que “será nula de pleno direito disposição de Convenção ou Acordo que, direta ou indiretamente, contrarie proibição ou norma disciplinadora da política econômico-financeira do Governo ou concernente à política salarial vigente, não produzindo quaisquer efeitos perante autoridades e repartições públicas, inclusive para fins de revisão de preços e tarifas de mercadorias e serviços” e “a vigência de cláusula de aumento ou reajuste salarial, que implique elevação de tarifas ou de preços sujeitos à fixação por autoridade pública ou repartição governamental, dependerá de prévia audiência dessa autoridade ou repartição e sua expressa declaração no tocante à possibilidade de elevação da tarifa ou do preço e quanto ao valor dessa elevação”.

As ações governamentais para evitar a luta operária foram bastante contundentes, mas não o suficiente para que, no final da década de 1970 e no início da década de 1980, as manifestações voltassem a ter expressividade. Partindo do ABC paulista, região intensamente industrializada, paralisações de grandes proporções se alastraram por várias cidades.

Em setembro de 1977, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema iniciou uma campanha de reposição salarial. As forças dos trabalhadores estavam direcionadas, nessa ocasião, à recuperação de parte dos salários perdidos pelos trabalhadores em virtude da manipulação dos índices inflacionários pelo governo em 1973, farsa que acabou sendo descoberta apenas

em 1977. A luta foi encabeçada por Luiz Inácio Lula da Silva, que em 21 de abril de 1978 foi reconduzido à presidência do Sindicato dos Metalúrgicos. Em conversas com a classe patronal, Lula buscou a reposição de parcela dos 34,1% que o governo omitiu dos dados oficiais sobre o custo de vida, mas percebeu que os empresários estavam decididos a não ceder. Em face disso, Lula se dirigiu aos trabalhadores e incitou a paralisação, que aconteceu logo depois, envolvendo cerca de cinquenta mil empregados. O resultado foi a concessão de reajustes salariais que reduziram, em parte, os prejuízos causados aos trabalhadores pela manipulação oficial.

No ano seguinte, outra grande parede foi realizada. Em 12 de maio de 1978, trabalhadores da Saab-Scânia, localizada no ABC paulista, cruzaram os braços sem que, para isso, tenha sido feita qualquer assembléia prévia. Alguns, como Gilson de Menezes, um dos líderes dos trabalhadores na empresa, afirmaram que se tratava de um acontecimento espontâneo e não planejado (MELO, 2009, p. 26). Outros, porém, como Júlio de Grammont<sup>7</sup>, citado por Raimundo Simão de Melo (2009, p. 26-27), defendem que “a greve na Scânia não foi por acaso e muito menos espontânea”. Para Grammont<sup>8</sup> (1998, citado por MELO, 2009, p. 27), a greve “foi planejada, apesar da débil organização do chão da fábrica, explicada pela completa falta de experiência em greve dos seus líderes”. Planejado ou não, foi um movimento de vulto, que atingiu diversas empresas do ABC paulista e de outras regiões, afetando mais de 60 mil trabalhadores e gerando, como destaca Sayonara, melhoras salariais para mais de um milhão de trabalhadores (SILVA, 2008, p. 207). Foi, como afirma Simão, o ressurgimento da ação reivindicatória grevista no Brasil (MELO, 2009, 27).

As paralisações de 1978 levaram o governo a modificar a legislação. Além do já mencionado Decreto-lei n. 1.632, que ampliou o rol de atividades qualificadas como de interesse da segurança nacional, nas quais a paralisação configurava um ilícito, há a Portaria Mtb n. 3.337, de 14.9.1978, que vedou as movimentações e reuniões conjuntas de líderes sindicais de categorias diversas. O objetivo dessa portaria, de acordo com Sayonara, era impedir a formação de associações de caráter intersindical (2008, p. 209).

---

<sup>7</sup> GRAMMONT, Júlio de. “Os subversivos”. São Paulo, **Teoria e Debate**, Fundação Perseu Abramo, ano 11, n. 37, fev./abr. 1998, p. 25.

<sup>8</sup> *Idem*.

Em 1979, quando o movimento operário estava mais organizado, também foram deflagradas importantes paredes. Uma delas, iniciada em 13 de abril de 1979 pelos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, é vista, segundo Aloízio Mercadante<sup>9</sup>, (citado por MELO, 2009, p. 27), como “a primeira greve geral de uma categoria trabalhista na história recente do sindicalismo”. Mercadante (citado por MELO, 2009, p. 27) também diz que tal parede “foi o primeiro grande movimento de massas da classe operária depois de 1964, na forma de uma greve fora da fábrica, com piquetes, por tempo indeterminado e com a realização de grandes assembléias”.

Nessa greve geral, a violência empregada contra os trabalhadores foi extrema. Grammont<sup>10</sup> (1998, citado por MELO, 2009, p. 27) lembra que foi decretada a intervenção no sindicato dos metalúrgicos, que o ABC foi infestado de espiões e ocupado pela tropa de choque, que os trabalhadores foram espancados e que as forças repressoras chegaram a usar helicópteros e brucutus (carro blindado de combate militar) contra os manifestantes. No plano ideológico, o governo censurou a imprensa e a Rede Globo abriu espaço apenas para a fala do então diretor da Volks, Mário Garnero. Segundo Grammont<sup>11</sup> (1998, *apud* MELO, 2009, p. 28), a repórter que foi entrevistar Garnero “negou-se a aparecer na tela e foi mais longe, tirou de seus dedos os anéis para nunca ser identificada com aquela trapaça”.

Embora o Estado tenha tentado reprimir o movimento, os trabalhadores não cederam. Continuaram a lutar, não somente por melhores condições de trabalho, mas também pela volta da democracia, algo que ficou evidente quando trabalhadores cercados pela tropa de choque da polícia, no Paço Municipal, tentaram escrever, com seus próprios corpos, a palavra “democracia”.

Em 1980, outras paralisações operárias ocorreram no ABC paulista. Em 1º de abril começou uma dessas paredes, que logo foi objeto de um dissídio coletivo instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Curiosamente, contrariando uma tendência da época, o TRT declarou-se incompetente para apreciar e decidir sobre a legalidade da greve. Os magistrados se limitaram a apreciar as reivindicações dos trabalhadores, que em sua grande parte foram

---

<sup>9</sup> OLIVA, Aloízio Mercadante *et al.* **Imagens da luta: 1905-1985**. São Bernardo do Campo/ SP: Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, [19--], p. 162.

<sup>10</sup> GRAMMONT, Júlio de. *Opus citatum*. p. 27.

<sup>11</sup> *Idem*.

negadas. Após o julgamento do dissídio, houve interrupção parcial da greve, que teve, entre aqueles que optaram por manter a manifestação, os trabalhadores do ABC paulista.

Toda greve, pela legislação vigente em 1980, deveria ser reputada ilegal se mantida após o julgamento de dissídio pela Justiça do Trabalho. Em face da continuidade da paralisação depois do pronunciamento do TRT, o Ministério Público do Trabalho, através de seu Procurador Regional à época, ajuizou novo dissídio coletivo (Processo TRT DC n. 64/80), buscando que a Justiça do Trabalho declarasse a ilegitimidade da parede. Essa declaração veio logo a seguir, no dia 14 de abril de 1980, mas não impediu o prosseguimento da greve, que agora contava com uma organização muito superior à dos anos anteriores. O fim da paralisação só foi decidido em assembléia realizada no dia 11 de maio.

Essas lutas operárias do final da década de 1970 atuaram intensamente pela reabertura política. Como salienta Raimundo Simão de Melo, os grevistas não lutaram somente por questões trabalhistas, mas também buscaram “enfrentar e romper com o regime de ditadura militar e criar ambiente político propício para a redemocratização do país” (MELO, 2009, p. 33). Outro que sublinhou esse trabalho de redemocratização exercido pelo movimento operário foi Tito Costa, que à época das greves ocupava o cargo de prefeito de São Bernardo. Conforme Tito (citado por MELO, 2009, p. 33),

“os operários estavam fazendo um movimento reivindicatório justo, e eles não admitiam nenhuma interferência para a baderna do movimento. Eu penso que esse episódio está contribuindo de maneira muito séria, e talvez decisiva, para a abertura. O começo da abertura é de baixo para cima e não de cima para baixo. Não como uma dádiva, mas como uma conquista... eu vejo isso como uma expectativa mais otimista possível, porque a gente sente que um segmento muito importante da nossa comunidade – não apenas a classe médica, os intelectuais, mas os trabalhadores – está sabendo que a partir desse fato e desse comportamento é que nós temos que ver com muito otimismo o amadurecimento do Brasil”.

No mesmo sentido vai Eder Sader<sup>12</sup> (1988, *apud* SILVA, 2008, p. 212), citado por Sayonara, autor que defende a idéia de que “nas vivências daqueles movimentos dos anos setenta e oitenta, as reivindicações específicas adquiriram o sentido de luta por cidadania, com a qual alçaram uma forte dimensão política”.

<sup>12</sup> SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.74.

Sayonara completa a declaração de Sader, ao dizer que as manifestações dos trabalhadores “relocaram as demandas por democracia em todos os espaços da vida social, para além das instituições clássicas: postulavam por democracia nos locais de trabalho, nos sindicatos, em espaços mais amplos da vida social...” (SILVA, 2008, p. 212).

A realidade que emergia diferia muito daquela que existiu até meados da década de 1970. Ao lado da maior organização do movimento operário, há a mudança da pauta de reivindicações, que passou a destacar questões como o fim da ditadura. E, para contribuir para a luta operária, voltaram à cena as intersindicais, bem como se formou, em 1983, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), primeira central dos trabalhadores brasileiros. Foi nesse novo panorama que ocorreu a eleição indireta do primeiro Presidente civil desde o início da ditadura militar. Era o começo de um período de maior liberdade para que os trabalhadores se manifestassem.

### 3.6 A REDEMOCRATIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Em 1983, alguns partidos políticos, entre eles o Partido dos Trabalhadores e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, iniciaram uma luta pela realização de eleições diretas para a presidência da república. Esse movimento, que foi denominado “Diretas Já”, ganhou grande apoio popular, chegando a reunir milhões de pessoas nas ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Entretanto, para que esse pleito popular fosse viável, seria necessário alterar a Constituição, algo que dependia do voto de dois terços dos membros do Congresso. E isso não era tarefa fácil, já que parcela considerável dos congressistas não era favorável à mudança constitucional.

A emenda constitucional que visava permitir a adoção da eleição direta para presidente da República, como se imaginava, foi derrotada no Congresso Nacional, especificamente na Câmara dos Deputados. Como registra Boris Fausto, “de qualquer forma, tendo em vista a composição do Senado, era muito problemático que a emenda passasse no Senado, caso fosse aprovada na Câmara” (FAUSTO, 2002, p. 510).

Após o fracasso da campanha “Diretas Já”, a luta pela vaga de presidente da república concentrou-se no Colégio Eleitoral, órgão a que se apresentaram como candidatos Tancredo Neves e Paulo Maluf. Tancredo, candidato pela aliança forjada entre PMDB e o Partido da Frente Liberal, concorreria à presidência, sendo José Sarney candidato a vice-presidente. A vitória da corrida eleitoral foi de Tancredo e Sarney, que, em 15 de janeiro de 1985, bateram Maluf por 480 votos a 180. Nas palavras de Boris Fausto, “por caminhos complicados e utilizando-se do sistema eleitoral imposto pelo regime autoritário, a oposição chegava ao poder” (FAUSTO, 2002, p. 512).

No período que se iniciava, chamado de Nova República, o movimento dos trabalhadores passou a sofrer menos com a repressão. Aliás, já nos últimos anos da ditadura militar, havia uma tendência de arrefecimento da ação governamental contra a luta político-trabalhista. Essa abertura política anterior à Nova República começou no governo Geisel e envolveu, por exemplo, a lei de anistia, um perdão político aos “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”. Embora essa lei tenha sido uma importante ganho para os militantes políticos e suas lutas, também foi uma grande concessão à linha-dura do regime militar, tendo em vista que beneficiou os responsáveis pela tortura. Outras mudanças favoráveis à classe trabalhadora foram a inaplicação do sistema de controle sindical, a eliminação dos obstáculos a realização de reuniões intercategoriais, etc.

Nesse contexto de flexibilização em relação aos movimentos operários, as greves que ocorreram durante a década de 1980, principalmente aquelas que estouraram na Nova República, foram reprimidas, mas de modo menos intenso do que nos anos anteriores. Isso não significa que não houve enfrentamento, já que as ações policiais, judiciárias e militares, apesar de menos intensas, tiveram lugar no final da década de 1980, como têm até hoje. Quanto a essas greves, eclodiram num ambiente de altas taxas inflacionárias e da adoção das políticas macroeconômicas do Fundo Monetário Internacional. Essas políticas, que consistiam, sobretudo, numa contenção de gastos governamentais, visavam pagar a dívida externa brasileira. Todavia, o reflexo da implementação delas foi perverso para os trabalhadores, que assistiram ao aumento da pobreza e do desemprego.



Nos anos da Nova República, as políticas do FMI, que encontraram largo espaço na primeira metade da década de 1980, abriram espaço para os planos econômicos nacionais de contenção inflacionária. Sucessivamente, foram lançados os Planos Cruzado, Cruzado II, Bresser e Verão, que tinham como objetivo último limitar o consumo interno e, assim, frear a escalada inflacionária. Insatisfeitos com as políticas governamentais, que estavam diminuindo consideravelmente o poder aquisitivo da classe operária, os trabalhadores promoveram várias greves, algumas de grandes proporções. É o caso da greve geral que a CUT convocou, em dezembro de 1986, como resposta ao Plano Cruzado II. O Plano Bresser também ensejou a realização de uma greve geral em agosto de 1987, o mesmo acontecendo em razão da implantação do Plano Verão, em 1989. Como se nota, as greves da década de 1980 tinham um caráter marcadamente político, já que possuíam como alvo certas políticas macroeconômicas do governo.

Já no final da década de 1980, quando o governo via a eclosão de inúmeras paralisações de trabalhadores, veio à tona a Carta Constitucional de 1988. Fruto de trabalhos realizados durante a Assembléia Nacional Constituinte, que se reuniu a partir de março de 1987, o novo texto constitucional espelhou os anseios populares pela democracia e por melhores condições de labor. Mesmo sem que se conseguisse a aprovação de um projeto de texto inicial que era muito positivo para os trabalhadores (previa a redução de jornada de trabalho para 40 horas semanais, a estabilidade no emprego após o período de experiência e para os acidentados, etc), derrota determinada pela pressão dos grupos empresariais, o texto aprovado significou a criação de alguns direitos trabalhistas e a constitucionalização de outros.

Dentre os direitos trazidos pelo novo texto constitucional, há o direito de greve, posto no art. 9º. Conforme a redação aprovada, “é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”. O parágrafo primeiro do art. 9º completa a idéia básica do direito de greve, declarando que “a lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade”. Infere-se, desse modo, que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu um direito de greve amplo, apenas passível de restrição pela legislação ordinária no tocante à definição das atividades essenciais e no atendimento, dentro dessas atividades, das necessidades inadiáveis da

comunidade. Outra conclusão é que o texto trazido pela Carta Maior representou uma derrota para os empregadores, pois eles tentaram, ao longo dos trabalhos constituintes, subordinar o exercício do direito de greve a uma regulamentação infraconstitucional, algo que não aconteceu.

O debate sobre a restrição do exercício do direito de greve foi acirrado quando o governo, logo após a promulgação da Constituição, promoveu legislação infraconstitucional voltada à regulação das práticas grevistas. Em 1989, o governo, pressionado pelas lutas trabalhistas contra a política de compressão salarial (no período estava sendo implementado o Plano Verão, que determinava um corte nos reajustes salariais), lançou medidas provisórias voltadas à regulação das paralisações. Primeiro veio à tona a MP 50, de 27 de abril de 1989, medida que logo foi substituída pela MP 59, de 26 de maio de 1989. Logo a seguir, a MP 59 foi convertida na Lei n. 7.783/89, que regula as paredes até os dias atuais.

Diz-se que o debate acerca da restrição do exercício do direito de greve foi intensificado porque a Lei n. 7.783/89 trouxe várias limitações às paralisações, nenhuma delas prevista no texto constitucional. Entre os obstáculos trazidos pela Lei de Greve há o conceito de greve legítima, trazido pelo art. 2º dessa lei: “para os fins desta Lei, considera-se legítimo exercício do direito de greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador”. Para muitos, especialmente os membros e defensores da classe patronal, esse conceito impede que greves não voltadas para o empregador sejam qualificadas como legítimas. É, pois, um impedimento legal às greves políticas, de solidariedade, etc. Em face disso, surgiram vários questionamentos sobre a constitucionalidade da Lei de Greve, que contradiz, com os limites impostos aos grevistas, a redação constitucional. Paralelamente a essas discussões sobre a compatibilidade da Lei n. 7.783/89 com a Constituição, também se questiona o alcance das normas constitucionais, ou seja, se reflete sobre a eficácia dessas normas.

### 3.7 MOVIMENTO DE MASSAS E CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

A importância do relato histórico do movimento operário reside no fato de que as manifestações dos trabalhadores contribuíram para a construção da

democracia<sup>13</sup>. Assim, sendo a democracia uma formação impulsionada pelo movimento das massas populares, defende-se, no presente trabalho, que a restrição aos motivos das paralisações obreiras carece de fundamentação lógica. Isso porque, partindo das premissas de que a democracia é benéfica e de que sua consolidação advém da atuação popular (como por intermédio das paralisações obreiras), não é um inteligível, sob o ponto de vista da defesa do aperfeiçoamento do convívio social, que se propugne pela negação do exercício amplo do direito de greve. Isso seria como destituir de relevo a atuação dos empregados na persecução de melhores condições de vida (o que envolve paredes de grande amplitude, englobando as ações políticas). E, em última instância, poderia levar ao entendimento de que a democracia e seu aprimoramento não têm relevância.

Geoff Eley realça que o ambiente democrático não vem sem muita luta. Diz o autor (ELEY, 2005, p. 24):

“Que fique bem claro: a democracia não é uma ‘dádiva’, nem é ‘assegurada’. Ela exige conflito, a saber, o desafio corajoso da autoridade, a assunção de riscos e atos de coragem temerária, o testemunho ético, confrontações violentas e crises gerais em que se rompe a ordem político-social dada. Na Europa, a democracia não foi o resultado da evolução natural ou da prosperidade econômica. Certamente não emergiu como subproduto inevitável do individualismo ou do mercado. Ela se desenvolveu porque uma grande quantidade de pessoas se organizaram coletivamente para reivindicá-la”.

Consoante Eley, na Europa, a luta pela conquista da democracia foi, em parte, encabeçada pelos partidos social-democratas. Abraçando o embate pela promoção do bem-estar das classes trabalhadoras, os socialistas ingressaram na arena política, tendo em seu “programa partidário” questões como o sufrágio universal, a emancipação das mulheres, a jornada de oito horas diárias e a oposição à guerra (ELEY, 2005, p. 117). Lado a lado com as ações partidárias, estavam, em alguns dos países europeus, as câmaras dos trabalhadores, organizações que misturavam variadas funções, como a de bolsa de emprego, sindicato, local de reunião, núcleo de agitação e fonte de moralidade socialista (ELEY, 2005, p. 92).

Um caso que ilustra o ingresso dos socialistas no campo da política e sua atuação em prol dos trabalhadores e da democracia é o de Alexandre Millerand.

---

<sup>13</sup> Eley considera que o ambiente democrático corresponde a uma estrutura fundada em três pilares: a) sufrágio livre, universal, secreto, adulto e igual; b) liberdades civis clássicas de expressão, consciência, reunião, associação e imprensa; c) liberdades com relação a prisões sem julgamento (ELEY, 2005, p. 23).

Grande esquerdista de sua época, Millerand ascendeu ao cargo de ministro de Comércio da França durante a virada do século XIX para o XX. Embora tenha sido alvo de duras críticas, por ser partícipe de um governo liderado por Gaston Gallifet (também conhecido por carniceiro da Comuna de Paris de 1871) e que não deixou de reprimir a classe operária, o ministro trabalhou para a implementação de várias e importantes reformas, como registra Eley (2005, p. 117): redução da semana de trabalho, fortalecimento da inspetoria industrial, criação de conselhos de trabalho e uso de contratos públicos para melhoria das condições de trabalho.

Quanto a essa canalização dos anseios populares para o meio político-partidário, Lúcia Bruno registra que foi um fenômeno que deita raízes no final do século XIX, impulsionado pela forte repressão promovida contra a proletariado (BRUNO, 1985, p. 47). Num período em que surgiam os primeiros monopólios e se desenvolvia a gestão tecnocrata<sup>14</sup>, os operários foram pressionados a integrar as fileiras dos partidos políticos (BRUNO, 1985, p. 47-48). Entretanto, embora enxergassem essa participação como forma de atenuar o sofrimento causado pelas péssimas condições de trabalho, os operários não foram beneficiados por um novo modelo de condução da política partidária. Conforme Lúcia Bruno, com relação as suas funções, os partidos operários guardavam identidade com os partidos burgueses, pois “propunham o controle e a gestão do aparelho de Estado separado das massas produtoras” (BRUNO, 1985, p. 48).

Apesar de enfrentar dificuldades na arena política, nota-se que o proletariado não descartou essa via de manifestação em sua luta por melhores condições de trabalho e de vida. Essa busca, porém, não se limitou aos canais institucionais, visto que greves foram deflagradas, algumas delas resultando em um ambiente menos áspero para o labor (senão por vitórias no campo dos direitos, por implicarem na criação de um ambiente mais solidário e em que os trabalhadores adquiriram consciência de sua situação de explorados). Nesse sentido, como indica Álvaro Vieira Pinto, “há sempre um aspecto positivo, que não falta em qualquer parede operária, mesmo quando visa a servir aos fins especulativos dos produtores. É o incremento da consciência das massas...” (PINTO, 1962, p. 87).

Comparando esse processo não institucionalizado de luta com o conceito de democracia elaborado por Geoff Eley, percebe-se que os operários, ao se

---

<sup>14</sup> A tecnocracia é uma forma de controle social caracterizada pelo predomínio da técnica.

manifestarem, lutaram pelo próprio ambiente democrático. Ao se rebelarem contra sua situação de trabalho e de vida, proletários acabaram por se indignar contra a falta de espaço para as liberdades civis clássicas mencionadas por Eley (liberdade de expressão, consciência, reunião, associação e imprensa). Mas não só isso, porque também confrontaram as prisões arbitrárias de grevistas, como na década de 1970-80, época em que estouraram paredes no ABC paulista.

Diante do exposto, infere-se que a luta operária foi fundamental para a construção do espaço democrático, sendo infundada a tese de que o direito de greve amplo é prejudicial para a manutenção ou aprimoramento desse ambiente. Ressalte-se, por fim, que a atuação política é, como defende Dalmo de Abreu Dallari mais do que um direito, é um dever (DALLARI, 1983, p. 33). É por intermédio de uma ação ampla, não sucumbindo às pressões para deixar a manifestação política de lado (inclusive no contexto de luta operária), que se pode viabilizar um verdadeiro Estado Democrático.

## **4 GREVE: A QUESTÃO CONCEITUAL E OS PROBLEMAS DA CONSTITUCIONALIDADE E DA EFICÁCIA**

### **4.1 APRESENTAÇÃO**

Antes de se decidir pela legalidade ou ilegalidade das greves políticas, de apoio, etc., deve-se explicitar e discutir o conceito que a legislação ordinária conferiu ao instituto grevista. E não só isso, também é crucial que se trabalhe com a discussão sobre a constitucionalidade do regramento trazido pela Lei n. 7.783/89, já que há uma incompatibilidade entre o texto constitucional e tal lei ordinária. Por fim, é interessante, para corroborar a idéia de que a Lei de Greve extrapolou sua finalidade precípua (regular a greve dentro das balizas postas pela Constituição Federal), abordar a questão da eficácia das normas constitucionais.

#### 4.2 PROBLEMA DO CONCEITO TRAZIDO PELA LEI N. 7.783/89

O debate conceitual é relevante em razão da forma com que se conduz a discussão da legitimidade das greves que não se voltam diretamente contra o contratante: a separação entre o lícito e o ilícito é pautada, em grande medida, pelo conceito de greve que nos traz a Lei n. 7.783/89 (atual Lei de Greve). Como ressalta Raimundo Simão de Melo,

“embora a Constituição Federal tenha reconhecido esse direito como um direito amplo e fundamental do trabalhador genericamente considerado, a doutrina trabalhista, e mais especificamente a jurisprudência, tem procurado restringir o seu uso a partir da definição que lhe deu o art. 2º da Lei n. 7.783/89, que a direciona ao empregado e ao empregador na relação estrita trabalhista” (MELO, 2009, p. 41).

Consoante o art. 9º da Constituição, “é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”. Completa essa idéia básica o § 1º do referido artigo, que diz que “a lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Infere-se, da leitura do texto constitucional, que a greve é um direito amplo da classe trabalhadora, havendo, tão somente, a possibilidade da legislação infraconstitucional restringir as greves em atividades essenciais.

Apesar dessa clareza do texto constitucional, a Lei de Greve, em seu art. 2º, traz um conceito de greve legítima que viola a Constituição Federal: “para os fins desta Lei, considera-se legítimo exercício do direito de greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador”. O grande questionamento que surgiu em razão desse conceito diz respeito, sobretudo, à parte final desse artigo, especificamente à parte que afirma que somente as greves voltadas diretamente ao empregador são legítimas. Desse modo, pela lei ordinária, qualquer greve que não se volte diretamente contra o contratante, mesmo que tenha o intuito de obter, indiretamente, melhores condições de labor, é tida como ilegal. Em pior situação ficaram as greves de solidariedade, por exemplo, já que sequer se vinculam ao empregador, tendo como escopo apoiar outros trabalhadores. Há, enfim, uma limitação ao caput do art. 9º da Constituição, já

que o texto da legislação ordinária retira dos trabalhadores o poder de determinar quais interesses serão defendidos através da paralisação.

Diante dessa nova situação normativa, doutrinadores como José Afonso da Silva, Sayonara Grillo e Eros Grau emitiram suas opiniões, se manifestando contrariamente à restrição imposta ao exercício do direito de greve. Para eles, a Constituição albergou apenas a possibilidade de determinação de certas limitações nas greves em atividades essenciais, restrições cujo escopo é assegurar o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. É o que nos diz, por exemplo, José Afonso da Silva (2010, p. 305):

“A Constituição assegura o direito de greve por si própria (art. 9º). Não o subordinou a eventual previsão em lei. É certo que isso não impede que lei defina os procedimentos de seu exercício, como exigência de assembléia sindical que a declare, de *quorum* para decidi-la e para definir abusos e respectivas penas. Mas a lei não pode restringir o direito mesmo, nem quanto à oportunidade de exercê-lo nem sobre os interesses que, por meio dele, devam ser defendidos. Tais decisões competem aos trabalhadores, e só a eles (art. 9º). Diz-se que a melhor regulamentação do direito de greve é a que não existe. Quer dizer, os trabalhadores podem declarar greves reivindicativas, objetivando a melhoria das condições de trabalho, ou greves de solidariedade, em apoio a outras categorias ou grupos reprimidos, ou greves políticas, com o fim de conseguir as transformações econômico-sociais que a sociedade requeira, ou greves de protestos”.

Como se nota, José Afonso da Silva defende apenas a idéia que está consagrada no texto constitucional, nada mais. Para ele, portanto, assim como para Raimundo Simão de Melo, a Constituição estabelece um direito de greve amplo, não cabendo qualquer restrição aos interesses defendidos pelos obreiros. Essa visão da problemática é a mesma que ratificam Fábio Konder Comparato, Carlos Henrique Bezerra Leite, Luiz Alberto David Araújo, Eros Grau, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva, entre tantos outros doutrinadores de renome.

Fábio Konder Comparato<sup>15</sup> (1989, citado por MELO, 2009, p. 42) afirma que “a única restrição admissível de uma liberdade constitucional só pode advir da própria Constituição”.

Carlos Henrique Bezerra Leite<sup>16</sup> (2000, citado por MELO, 2009, p. 43) sustenta que “sem embargo da cizânia doutrinária existente, afigura-se-nos que a

<sup>15</sup> Artigo publicado na **Folha de São Paulo**, de 2.6.1989, *apud* COELHO, Elaine D’Avila. “**Embargos, interdição e greve em face do meio ambiente do trabalho**”. Monografia do módulo Direito Ambiental II, da PUC/SP, 1995, p. 55.

<sup>16</sup> LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **A greve como direito fundamental**. Curitiba, Juruá, 2000, p.38.

Constituição não estabelece qualquer limitação sobre a oportunidade e os interesses que podem ser defendidos por intermédio da greve”.

No mesmo sentido é a opinião de Luiz Alberto David Araújo<sup>17</sup> (2001, citado por MELO, 2009, p. 43), que defende que:

“o direito de greve consiste na proteção de interesses, de qualquer natureza, e na reivindicação de direitos por meio de uma ação coletiva, afinada a uma mesma finalidade dos trabalhadores envolvidos, que, para tanto, utilizam-se da paralisação do trabalho como mecanismo básico de pressão contra o patronato. Vigê, nesse sentido, o princípio de que, na medida em que a Constituição assegurou o direito de greve, compete aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”.

Eros Grau<sup>18</sup> (2003, citado por SILVA, 2008, p. 236) também repele a limitação infraconstitucional do direito de greve:

“A Constituição não prevê regulamentação do direito de greve: aos trabalhadores compete decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dela defender. Por isso que não pode a lei restringi-lo, senão protegê-lo, constitucionalmente admissíveis todos os tipos de greve: greves reivindicatórias, greves de solidariedade, greves políticas, greves de protesto”.

Por fim, se posicionando a favor da idéia do direito amplo de greve e da inadequação da restrição trazida pela Lei n. 7.783/89, Sayonara (2008, p. 238) declara:

“À luz do que a Constituição estabelece não cabe ao legislador impedir uma greve de solidariedade, uma greve política, uma greve por outros direitos que não aqueles negociados e firmados sem acordos e convenções em vigor, pois apenas aos trabalhadores compete dispor sobre que interesses devam por meio da greve defender”.

A despeito da clareza do texto constitucional e das interpretações acima transcritas, há parcela da doutrina que enxerga propriedade na restrição infraconstitucional do direito de greve. É a situação de Cássio Mesquita de Barros<sup>19</sup> (1997, citado por MELO, 2009, p. 41-42), que em sua manifestação acerca da temática afirmou que:

<sup>17</sup> ARAÚJO, Luiz Alberto David; JÚNIOR, Vidal Serrano Nunes. **Curso de direito constitucional**. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 168.

<sup>18</sup> GRAU, E. R. **A ordem econômica na constituição de 1988**: interpretação e crítica. 8ª ed. São Paulo, Malheiros, 2003, p. 202.

<sup>19</sup> BARROS, C. M. de. **Responsabilidade civil do sindicato na greve**. Porto Alegre: **Revista Síntese Trabalhista**, n. 98, 1997, p. 34.



“A locução interesses, não acompanhada da qualificação desses interesses, é ambígua. Pode-se pensar, com razão, que tais interesses são os que podem ter o cidadão comum, enquanto membro da comunidade social. Mas esses interesses não podem ser outros senão os do trabalhador enquanto sujeito de um contrato de trabalho, membro do pessoal de uma empresa. Há que se distinguir entre trabalhador enquanto cidadão e cidadão enquanto trabalhador. Interpretação contrária poderia chegar até à afirmação de que a greve defende interesses de todo tipo, sejam trabalhistas, sejam políticos. Se recorrermos à interpretação sistemática, o apoio à conclusão que circunscreve a greve à defesa de interesses profissionais apresenta-se mais consistente”.

A postura de Cássio Mesquita de Barros é a expressão extrema da negação ao exercício amplo do direito de greve. Outros doutrinadores acompanham esse entendimento da legislação, como Julpiano Chaves Cortez, defensor da idéia de que “a legislação reconhece e assegura o direito de greve ao trabalhador, não de forma ampla, absoluta e de utilização abusiva; se assim o fosse, colocaria em risco a segurança, a liberdade e a estabilidade das pessoas e de toda a sociedade” (CORTEZ, 2010, p. 169).

Numa linha próxima à de Cássio Mesquita de Barros está Amauri Mascaro Nascimento<sup>20</sup> (1989, citado por MELO, 2009, p. 43-44), que, ao se posicionar sobre a questão, declarou que:

“A Lei n. 7.783, de 28 de junho de 1989, não tem um dispositivo expresso, autorizante ou proibitivo, da greve de solidariedade e, ao declarar que compete aos trabalhadores decidir sobre os interesses a defender através da greve, não impede que a paralisação tenha por finalidade o apoio à reivindicação de outros trabalhadores, com os quais o interesse dos grevistas se mostrar vinculado de algum modo que beneficie os seus respectivos contratos de trabalho, portanto quando afetar diretamente o interesse profissional daqueles que a promovam ou mantenham. Não poderia a Lei n. 7.783 vedar a greve de solidariedade sem atritar-se com a Constituição Federal (art. 9º), que preserva a decisão dos trabalhadores sobre o tipo de motivação que desejam defender pela greve (...). Não há uma literal vedação da Lei n. 7.783, de 1989, à greve política, e sob esse ângulo da análise explícita de textos, a Lei n. 4.330, de 1964, a proibiu; a Constituição Federal de 1988 é silente e a mesma orientação é seguida pela Lei ordinária que a regulamenta, com o que há, em tese, duas ordens de interpretações que podem ser feitas, uma restritiva e outra não (...). Embora aparentemente simplista a solução do problema quanto à admissibilidade ou não da greve política, permanecem todas as dificuldades próprias da questão. A greve exclusivamente política é vedada pela lei, como a greve contra as instituições da República, sendo diferente a greve político-trabalhista, de conteúdo profissional, hipótese em que, se a pretensão pode ser exercitável perante empregador e, com este, objeto de negociação, não há proibição legal. O problema não está, portanto, centralizado na polaridade entre greve política, de um lado, e greve

<sup>20</sup> NASCIMENTO, A. M. **Comentários à Lei de Greve**. São Paulo: LTr, 1989.

trabalhista, de outro, mas na caracterização de cada greve, se eminentemente política ou se também trabalhista”.

Uma conclusão da lição de Amauri Mascaro Nascimento é que as greves de natureza indireta, isto é, aquelas paralisações que visam o contrato de trabalho de forma reflexa, nem sempre são admissíveis. Poderia existir uma ilegitimidade em se realizar paredes de cunho político, mesmo que esse elemento não fosse predominante na configuração dos movimentos grevistas, já que Amauri coloca como requisito para a legitimidade a possibilidade de haver negociação coletiva entre grevistas e empregadores. O problema é que esse caminho nem sempre é viável, como nos casos em que as paralisações se contrapõem a políticas econômicas estatais que promovam compressão salarial ou desemprego. Em outros termos, Amauri é um adepto da restrição ao direito constitucional de greve.

Numa linha um pouco dissonante em relação às anteriores está Raimundo Simão de Melo, para quem:

“conforme o disposto no art. 9º da Constituição Federal, o direito de greve, embora não seja um direito absoluto e irrestrito, está assegurado de forma ampla aos trabalhadores para a defesa dos seus interesses, quer trabalhistas stricto sensu, quer profissionais lato sensu, aqui considerados aqueles que constituem o chamado piso vital mínimo do cidadão, consagrados no art. 6º da Constituição Federal” (MELO, 2009, p. 44).

Assim, o trabalhador pode agir em prol de interesses trabalhistas, mesmo de modo indireto. Não há vedação para greves político-trabalhistas ou de solidariedade, mas não se traz um direito de greve amplíssimo, como o faz, por exemplo, José Afonso da Silva. Nas palavras de Raimundo Simão de Melo (2009, p. 44),

“são admitidas as greves políticas e de solidariedade ou protesto, desde, porém, que voltadas para a defesa de interesses trabalhista-profissionais, mesmo que lato sensu como exemplo da primeira, pode-se imaginar uma greve-protesto dos trabalhadores contra a política econômica empreendida pelo governo, com claros e graves prejuízos para os trabalhadores, com diminuição do ritmo de crescimento econômico e conseqüente desemprego em massa”.

Percebe-se, desse excerto, que Simão não se alia à visão amplíssima do direito de greve, bem como não se coloca favorável à visão restritiva. É, pois, uma visão intermediária às anteriormente expostas.

Como se nota, as opiniões acima consistem em interpretações da legislação. Portanto, para que se possa tecer qualquer afirmação sobre a propriedade de uma ou de outra posição, é fundamental que antes sejam consideradas duas questões: a constitucionalidade da legislação infraconstitucional que restringe o direito constitucional de greve, e o alcance das normas constitucionais.

#### 4.3 EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

Maurício Godinho Delgado assevera que “por eficácia jurídica deve-se compreender a aptidão formal de uma norma jurídica para incidir sobre a vida material, regendo relações concretas” (DELGADO, 2009, p. 135). Em outras palavras, se uma norma jurídica possui eficácia, significa que ela tem o condão de regular as relações sociais.

Celso Antônio Bandeira de Mello (2009, p. 9-10), ao se debruçar sobre a questão da eficácia das normas constitucionais, escreveu que

“em cada período histórico os legisladores constituintes, de regra, incorporam nas Leis Fundamentais aquilo que no período correspondente se consagrou como a mais generosa expressão do ideário da época. Fazem-no, muitas vezes, com simples propósito retórico ou porque não se podem lavar de consigná-los. Mas, animados de rega intenção ou servindo-se disto como blandicioso meio de atrair sustentação política ou de esquivar-se à coima de retrógradas, o certo é que geralmente as Cartas Constitucionais estampam versículos prestigiadores dos mais nobres objetivos sociais e humanitários que integram o ideário avalizado pela cultura da época”.

O problema levantado pelo autor diz respeito à destituição da eficácia das normas consagradas nos textos constitucionais. Ensina Celso Antônio que “a forma mais eficiente de torná-los inoperantes na prática, deliberadamente ou não, é desenhá-los em termos vagos, genéricos, fluidos ou dependentes de normação infraconstitucional” (MELLO, 2009, p. 10). Ainda segundo Celso Antônio,

“este modo de regular acaba tirando com uma das mãos o que foi dado com a outra. Termina por frustrar o que se proclamou enfaticamente. Cumpre, em última instância, uma função escamoteadora, tenha ou não esta intenção adrede concebida. Porém, tal resultado ocorre menos porque os preceitos em causa sejam juridicamente débeis, inoperantes de direito, e muito mais por uma inadequada compreensão da força jurídica que lhes é própria. Daí a conveniência de dissipar a errônea inteligência

predominante acerca da eficácia ou aplicabilidade destas disposições” (MELLO, 2009, p. 10).

Maurício Godinho Delgado, assim como Celso Antônio Bandeira de Mello, também enxerga essa perda de eficácia das normas constitucionais, salientando que é de grande importância que se elabore “claros e objetivos critérios informadores da eficácia das normas constitucionais, na proporção em que estas se qualificam como preceitos diretores mais relevantes do conjunto da ordem jurídica” (DELGADO, 2009, p. 135). Como destaca Celso Antônio,

“a Constituição não é um mero feixe de leis, igual a qualquer outro corpo de normas. A Constituição, sabidamente, é um corpo de normas qualificado pela posição altaneira, suprema, que ocupa no conjunto normativo. É a Lei das Leis. É a Lei Máxima, à qual todas as demais se subordinam e na qual todas se fundam. É a lei de mais alta hierarquia. É a lei fundante. É a fonte de todo o Direito. É a matriz última da validade de qualquer ato jurídico” (MELLO, 2009, p. 12).

Em face da importância das normas constitucionais, sublinhada por doutrinadores como Maurício Godinho Delgado e Celso Antônio Bandeira de Mello, muitos estudiosos se dedicaram às discussões acerca da eficácia dessas normas. O fruto dos debates sobre as modalidades de eficácia dos preceitos fundamentais da ordem jurídica consiste, basicamente, em duas vertentes teóricas: a tradicional e a moderna.

A corrente tradicional tem suas origens em antigos constitucionalistas, como Rui Barbosa, e considera a existência de dois tipos de normas constitucionais, tendo em vista a eficácia delas: as normas autoexecutáveis e as normas não autoexecutáveis. As normas autoexecutáveis, de acordo com os tradicionalistas, possuem eficácia plena e imediata. Não dependem, dessa maneira, de qualquer lei infraconstitucional para regular o mundo dos fatos. Do outro lado estão as normas que carecem de autoexecução, isto é, não têm eficácia imediata, dependendo, para tanto, de regramento infraconstitucional (DELGADO, 2009, p. 136). Em outras palavras, essa modalidade de normas, segundo os teóricos tradicionalistas, não têm qualquer implicação sobre as situações fáticas.

Quanto à visão moderna da eficácia das normas constitucionais, ela enfeixa três espécies de eficácia: plena, contida e limitada. Diferentemente da linha

tradicional, essa corrente pressupõe que toda norma constitucional tem eficácia, existindo apenas uma variação dessa eficácia imediata.

As normas de eficácia plena não requerem qualquer regramento infraconstitucional para terem aplicação imediata e integral. Segundo José Afonso da Silva, são normas que “não exijam a elaboração de novas normas legislativas que lhes completem o alcance e o sentido, ou lhes fixem o conteúdo, porque já se apresentam suficientemente explícitas na definição dos interesses nelas regulados” (SILVA, 2009, p. 101). É o caso, por exemplo, do preceito constitucional que prevê a jornada semanal de trabalho de 44 horas (art. 7º, XIII, CF).

Normas de eficácia contida caracterizam-se pela possibilidade de restrição de sua eficácia por regra infraconstitucional. Nos termos de José Afonso da Silva,

“são normas que, em regra, solicitam a intervenção do legislador ordinário, fazendo expressa remissão a uma legislação futura; mas o apelo ao legislador ordinário visa a restringir-lhes a plenitude da eficácia, regulamentando os direitos subjetivos que delas decorrem para os cidadãos, indivíduos ou grupos” (2009, p. 104).

Mas, como ensina o próprio José Afonso da Silva, “enquanto o legislador ordinário não expedir a normação restritiva, sua eficácia será plena” (SILVA, 2009, p. 104). Ressalte-se que tal limitação do alcance da disposição constitucional, quando feita pelo legislador ordinário, deve ser posta em consonância com aquilo que a Lei Maior autoriza, sob pena de haver inconstitucionalidade do texto legislativo que trazer a restrição. Como exemplo de norma de eficácia contida, temos o art. 5º, XIII, CF, que dispõe ser “livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Como destaca Maurício Godinho Delgado, “não sendo editada a legislação complementar regulamentadora (e restritiva), a norma constitucional (e seu princípio subjacente) firma-se em vigor” (DELGADO, 2009, p. 138). Nesse sentido, analisando o art. 5º, XIII, CF, Michel Temer<sup>21</sup> (1989, citado por DELGADO, 2009, p. 138) afirmou que, “não editada legislação regulamentadora, o princípio do livre exercício é pleno – e não inexistente (como resultaria da leitura proposta pela matriz tradicional)”.

Nesse ponto, antes de abordar as normas de eficácia limitada, cabe uma consideração. É que o direito de greve, trazido pelo art. 9º da Lei Maior, também

---

<sup>21</sup> TEMER, Michel. **Elementos de Direito Constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989, p. 27.

deve ser qualificado, assim como o art. 5º, XIII, CF, como uma norma de eficácia contida. Enquadra-se nessa categoria porque é um direito amplo e que pode ser limitado por lei infraconstitucional, desde que esse regramento ulterior guarde conformidade com os parâmetros fornecidos pelo próprio texto constitucional. Desse modo, o exercício do direito de greve tem eficácia imediata e restringível, restrição essa que deve estar em harmonia com o disposto no § 1º do art. 9º da CF, que estabelece cumprir ao legislador ordinário definir os serviços e atividades essenciais e dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Fora desses estritos limites determinados pelo legislador constituinte, qualquer restrição ao direito dos trabalhadores de declarar uma greve é inconstitucional. É o que defende Maurício Godinho Delgado, ao lembrar a eficácia mínima de qualquer preceito constitucional:

“ressalte-se, finalmente, que a norma de eficácia contida possui, ainda, importante efeito esterilizante negativo sobre as normas infraconstitucionais que lhe sejam antitéticas ou incompatíveis – efeito não percebido pelo critério teórico tradicional. A simples circunstância de esse tipo de norma invalidar a continuidade ou emergência de preceitos antagônicos ou incompatíveis já lhe confere substantiva eficácia no contexto da ordem jurídica global envolvida” (DELGADO, 2009, p. 138).

Por fim, há as normas de eficácia limitada, que dependem do legislador ordinário para terem eficácia plena. São normas que, até a edição de regramento infraconstitucional voltado à sua implementação, possuem apenas a eficácia mínima característica de todo preceito constitucional.

Essa classificação moderna é sustentada pela idéia de que “a Constituição resulta de pacto político fundamental da sociedade envolvida, direcionando a estrutura nuclear das relações essenciais existentes naquela sociedade” (DELGADO, 2009, p. 137). Nesse sentido, a Constituição consiste num “documento político e jurídico que deriva, em geral, de momentos decisivos da história política dos povos civilizados contemporâneos” (DELGADO, 2009, p. 137). Por isso, parte da doutrina afirma ser ilógico “que se negue às regras contidas nessa Carta imediata aptidão para incidir e reger situações e relações fático-jurídicas concretas” (DELGADO, 2009, p. 137).

Para os críticos da vertente tradicional, entre os quais está Maurício Godinho Delgado,

“se a ciência do direito construiu tipologia e critério inábeis a apreender e conferir consequência ao conceito e sentido básico de uma Constituição, como diploma máximo de uma realidade sociopolítica, cabe se suplantat tal tipologia e critério em favor de outra sistemática teórica que consiga conferir efetiva prevalência e utilidade jurídicas às normas constitucionais historicamente pactuadas em uma certa sociedade” (DELGADO, 2009, p. 137).

Demonstrando compartilhar da visão de Maurício Godinho Delgado, de que todos os preceitos constitucionais são dotados de eficácia imediata, ainda que mínima, José Afonso da Silva afirma que “temos que partir, aqui, daquela premissa já tantas vezes enunciada: não há norma constitucional alguma destituída de eficácia. Todas elas irradiam efeitos jurídicos” (SILVA, 2009, p. 81). José Afonso da Silva também nos diz, mais uma vez indicando sua preferência pela teoria moderna da eficácia, que “não há norma constitucional de valor meramente moral ou de conselho, avisos ou lições” (SILVA, 2009, p. 80).

## **5 A SUPREMACIA CONSTITUCIONAL E A INVALIDADE DA NORMA INCOMPATÍVEL COM A LEI MAIOR**

O ordenamento jurídico brasileiro é marcado pelo princípio da supremacia da Constituição. Por esse princípio, consoante José Afonso da Silva,

“a Constituição se coloca no vértice do sistema jurídico do país, a que confere validade, e que todos os poderes estatais são legítimos na medida em que ela os reconheça e na proporção por ela distribuídos. É, enfim, a lei suprema do Estado, pois é nela que se encontram a própria estruturação deste e a organização de seus órgãos; é nela que se acham as normas fundamentais de Estado, e só nisso se notará sua superioridade em relação às demais normas jurídicas” (SILVA, 2010, p. 45).

Noutras palavras, a Constituição é a lei fundamental e suprema do Estado brasileiro, o que resulta que todas as normas do ordenamento jurídico pátrio somente poderão ser qualificadas como válidas se não forem incompatíveis com o texto constitucional. De acordo com o princípio da supremacia da Constituição, portanto:

“as normas ordinárias e mesmo as complementares são legítimas quando se conformam, formal e substancialmente, com os ditames da constituição. Importa dizer: a legitimidade dessas normas decorre de uma situação

hierárquica em que as inferiores recebem sua validade da superior. São legítimas na medida em que sejam constitucionais, segundo um princípio de compatibilidade vertical” (SILVA, 2009, p. 55).

Inexistindo essa harmonia entre a Lei Maior e o restante do ordenamento jurídico, as normas hierarquicamente inferiores e divergentes são inválidas.

É nesse mesmo sentido a lição de Regina Maria Macedo Nery Ferrari. Diz a referida autora que:

“vivendo o homem em uma sociedade estatal, sua conduta encontra-se submetida a um conjunto de normas, normas estas que se acham escalonadas sistematicamente, de tal forma que, em determinado ordenamento jurídico, não possuem todas elas o mesmo valor, havendo uma hierarquia no sistema. Nesse sistema normativo, a Constituição de um Estado é a norma suprema, ou seja, fundamental, pois nela é que buscamos a validade das normas existentes no ordenamento jurídico” (FERRARI, 2004, p. 53).

A jurisprudência pátria também destaca, em variados acórdãos, a supremacia da Constituição Federal. Cite-se, ilustrativamente, alguns arestos do TST: “...o Poder Judiciário não só pode como deve exercer o controle repressivo de constitucionalidade, sob pena de infringir o princípio da supremacia da Constituição, marco fundamental do Estado Democrático de Direito” (BRASIL, 2002); “Advém do princípio da Supremacia da Constituição, segundo o qual, todo o ordenamento jurídico deve estar em consonância com a Constituição” (BRASIL, 2006).

## 5.1 A SITUAÇÃO DA LEI DE GREVE EM FACE DO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA CONSTITUCIONAL

Diante dos ensinamentos da doutrina, para quem a Constituição “informa e confere validade a todo o ordenamento normativo nacional, cuja unidade, coesão e conexão de sentido encontram nela o seu fundamento” (SILVA, 2009, p. 55), não é fácil admitir a restrição que a Lei de Greve traz ao rol de motivos capazes de ensejar uma paralisação.

O art. 9º, caput, do texto constitucional, assevera que “é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”. Transfere-se expressamente, portanto, para a classe trabalhadora, o poder de decidir sobre os



interesses que serão defendidos através da greve. No mesmo artigo são dispostas as limitações e conseqüências que a legislação infraconstitucional poderá estabelecer ao exercício do direito de greve (o § 1º do art. 9º estipula que “a lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade”, e o § 2º desse mesmo artigo determina que “os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei”). Não existe, dessa maneira, qualquer menção à restrição, por lei ordinária, dos interesses que os trabalhadores podem defender por intermédio de uma parede.

Embora não se vislumbre, na Lei Maior, uma possibilidade de cerceamento dos interesses fundadores do exercício do direito de greve, a Lei de Greve (Lei n. 7.783/89), traz dispositivo que abre margem para essa atuação limitante. Diz o art. 2º da Lei de Greve: “para os fins desta Lei, considera-se legítimo exercício do direito de greve a suspensão coletiva, temporária e pacífica, total ou parcial, de prestação pessoal de serviços a empregador”. Traz, com isso, uma brecha para que se considere legítima apenas aquela paralisação que é exercida exclusivamente ou preponderantemente contra empregador.

Em vista dessa incompatibilidade entre a Lei Maior e a Lei n. 7.783/89, conclui-se que é inconstitucional<sup>22</sup> a interpretação de que as paralisações operárias que não miram unicamente em questões puramente trabalhistas são ilegítimas. Pela Constituição, as greves político-trabalhistas, as greves políticas, as greves de solidariedade, entre outras formas de manifestação trabalhista, são ferramentas legítimas da classe operária para conquistar melhores condições de trabalho e vida. Ressalte-se que a inconstitucionalidade em questão é de natureza material, já que a incompatibilidade diz respeito ao conteúdo da lei ordinária, e não a um aspecto formal, quando a violação do princípio da supremacia da Constituição decorre de incorreção quanto ao processo legislativo ou ao órgão emissor competente.

Entretanto, como lembra José Afonso da Silva, para que uma lei ordinária inconstitucional seja excluída do ordenamento pátrio, é necessário que “sejam aplicadas as regras da constituição destinadas à verificação de inconstitucionalidade das leis” (SILVA, 2009, p. 55).

---

<sup>22</sup> Oswaldo Luiz Palu afirma que “a inconstitucionalidade reside no antagonismo e contrariedade do ato normativo inferior (legislativo ou administrativo) com os vetores da Constituição, estabelecidos em suas regras ou princípios” (PALU, 2001, p. 69).

## 5.2 O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Oswaldo Luiz Palu defini o controle de constitucionalidade como

“o ato de submeter-se à verificação de compatibilidade normas de um determinado ordenamento jurídico, inclusive advindas do Poder Constituinte derivado, com os comandos do parâmetro constitucional em vigor, formal e materialmente (forma, procedimento e conteúdo), retirando do sistema jurídico (nulificando ou anulando) aquelas que com ele forem incompatíveis” (PALU, 2001, p. 65).

Conforme esse autor, a garantia da supremacia do texto constitucional é de suma importância, na medida em que impede que a Lei Maior de um Estado torne-se ineficaz.

O controle de constitucionalidade, consoante a Constituição Federal, deve visar duas espécies de incompatibilidade: a inconstitucionalidade por ação e a inconstitucionalidade por omissão. A primeira modalidade de incorreção, de acordo com José Afonso da Silva, “ocorre com a produção de atos legislativos ou administrativos que contrariem normas ou princípios da Constituição” (SILVA, 2010, p. 47). Já a inconstitucionalidade por omissão configura-se “nos casos em que não sejam praticados atos legislativos ou administrativos requeridos para tornar plenamente aplicáveis normas constitucionais” (SILVA, 2010, p. 50).

Nos sistemas de controle de constitucionalidade há previsão de duas formas de verificação de incompatibilidade: o controle difuso (também chamado de jurisdição constitucional difusa) e o controle concentrado (ou jurisdição constitucional concentrada). Difuso porque é um poder atribuído a todos os componentes do Poder Judiciário, e concentrado em razão de ser uma competência vinculada ao tribunal de cúpula do Poder Judiciário ou a uma corte especial (SILVA, 2010, p. 50).

No Brasil, a Constituição previu essas duas formas de averiguar a constitucionalidade das normas (controles difuso e concentrado). No controle difuso, presente no ordenamento pátrio desde a Constituição de 1891, existe a via de exceção, que se trata de uma alegação de inconstitucionalidade incidental em um processo judicial. Diz Regina Maria Macedo Nery Ferrari que a inconstitucionalidade será invocada como matéria de defesa por uma das partes, mas caso declarada a incompatibilidade, esta somente será considerada em relação às partes litigantes do processo que provocou a referida declaração (FERRARI, 2004, p. 84). Assim, o ato

normativo ou lei permanece tendo validade em relação a terceiros desvinculados do processo em que se suscitou a inconstitucionalidade.

Quanto ao controle concentrado, pelo texto constitucional, é de competência do Supremo Tribunal Federal, e só pode ser promovido via de ação. É o que se infere do art. 102, I, a, CF: “Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I- processar e julgar, originariamente: a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal”. Essa atuação concentrada, de acordo com Regina Maria Macedo Nery Ferrari, tem um objetivo muito mais amplo. Diz essa autora que “este processo visa retirar do sistema jurídico a lei tida como inconstitucional, o que vem proporcionar uma solução mais segura para os casos que, embora idênticos ao beneficiado na via de defesa, não são participantes do feito” (FERRARI, 2004, p. 86).

Em vista desse breve relato sobre o controle de constitucionalidade das leis, nota-se que para a declaração de incompatibilidade vertical de certos preceitos da Lei n. 7.783/89 (Lei de Greve), pode-se optar pela atuação difusa do Judiciário (juízes e tribunais provocados pela via incidental), ou pela ação direta, que no caso em tela (lei federal), é de competência originária do Supremo Tribunal Federal.

Embora ainda vigente, a restrição imposta pela Lei de Greve, em relação às motivações que podem ser levantadas pelos grevistas para a deflagração do movimento paredista, carece de fundamento, conforme se buscou demonstrar ao longo do presente trabalho. Urge, pois, a promoção do controle de constitucionalidade, com vistas à viabilização do texto trazido pelo art. 9º da Constituição Federal. Como lembra Regina Maria Macedo Nery Ferrari, o respeito à hierarquia entre normas constitucionais e infraconstitucionais é de extrema importância, pois “é a mais eficaz garantia da liberdade e da dignidade do indivíduo” (FERRARI, 2004, p. 55).

## **6 A POSIÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA EM RELAÇÃO À RESTRIÇÃO DOS MOTIVOS FUNDANTES DAS PARALISAÇÕES**

A despeito da evidente incompatibilidade entre a Lei n. 7.783/89 e a Constituição de 1988, a jurisprudência continua relutante em acatar a tese de que o direito de greve é amplo e somente pode ser restringido nos termos dados pelo art. 9º da Lei Maior. Vários são os julgados que corroboram a idéia de que os trabalhadores não podem exercer esse direito de forma ampla (tal como consagrado na Lei Máxima). Para parcela majoritária dos tribunais brasileiros, devem os trabalhadores, quando resolverem deflagrar uma parede, seguir à risca todo o conteúdo da Lei de Greve.

Dentre os julgados que trazem a crítica ao direito de greve amplo, há diversos exemplos, como os acórdãos relativos aos processos nº TST-RODC-571212/1999, nº TST-RODC-781712/2001, nº TST-RODC-24001/2003 e nº TST-RODC-853/2005.

No processo nº TST-RODC-571212/1999, infere-se dos autos que a greve foi motivada, sobretudo, pelo processo de privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), do Estado do Rio de Janeiro. Em face dessa situação, foi instaurado dissídio coletivo pela CEDAE, que pleiteou a declaração de abusividade da paralisação em decorrência de seu caráter eminentemente político, pedido que foi acolhido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Em seguida, refletindo a insatisfação dos grevistas com a decisão do Tribunal, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Rio de Janeiro interpôs recurso ordinário. A tese maior do recurso promovido pelo sindicato é de que a parede está amparada no art. 9º, CF, dispositivo que não veda greves de ordem política. Essa visão, porém, não encontrou guarida no Tribunal Superior do Trabalho, ao analisar e julgar o recurso ordinário.

Logo no início do acórdão, as autoridades julgadoras resgataram o texto da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região:

“a doutrina e a jurisprudência não admitem greves de cunho político, pelo que a paralisação ocorrida, em protesto contra o processo de privatização da Suscitante, caracteriza exercício abusivo do direito de greve, com todas as suas conseqüências legais, máxime quando não foram observadas as formalidades previstas na Lei 7.783/89 para a deflagração do movimento” (BRASIL, 1999).

Em linha com a decisão do TRT da 1ª Região, o TST firmou entendimento que a greve política “não é um meio de ação direta da classe trabalhadora em benefício de seus interesses profissionais e, portanto, não está compreendida dentro do conceito de greve trabalhista” (BRASIL, 1999). Segundo o TST:

“a ilicitude se justifica, pois não se pode admitir uma desorganização na empresa, por reivindicações que não têm relação com ela e a que, por outra parte, não pode a empresa satisfazer. Causa danos gravíssimos à produção e à coletividade e constitui um ato de força contra o Estado, ao se sair dos caminhos regulares para reclamar contra o que se considera um ato arbitrário do poder político” (BRASIL, 1999).

Para corroborar sua visão de que a greve política é ilícita o TST resgata os ensinamentos de alguns doutrinadores:

“Acerca da abusividade de movimentos grevistas com teor político, esclarece Carlos López Monis, em seu livro *O Direito de Greve: Experiências Internacionais e Doutrina da OIT*, pág. 36, Ltr, 1983, in verbis: ‘As posições que justificam a ilicitude da greve política se baseiam em duas linhas de argumentos muito nítidas, segundo considerem os destinatários da greve e os interesses perseguidos pela mesma: a) destaca-se, em primeiro lugar, a não coincidência entre os destinatários da greve e os sujeitos passivos da mesma, o que resulta numa incoerência ao fazer os empresários suportarem as conseqüências de uma greve quando as pretensões solicitadas não fazem parte da sua esfera de disponibilidade. Nesta mesma linha de consideração sobre os destinatários da greve política, adverte-se que estes são precisamente os representantes da soberania popular, isto é, o Parlamento diretamente e o Governo indiretamente. A greve política constitui, neste sentido, uma pressão na formação da vontade dos órgãos soberanos e, por isso, ilícita; e b) a segunda linha de argumentação atende ao interesse perseguido pela greve política. A partir de uma série de distinções qualitativas entre ‘interesse profissional’ e ‘interesse político’, ‘trabalhador’, ‘cidadão’, ‘economia’ e ‘política’, se mantém o sindicato no âmbito do estritamente profissional e trabalhista, atribuindo, com exclusividade, ao partido político a capacidade de atuar na esfera da política’” (BRASIL, 1999).

Outra obra lembrada pelo TST, visando fortalecer a tese de ilicitude da paralisação de cunho político, é a de Santiago Peres Del Castilho. Conforme o acórdão,

“Na obra *“O Direito de Greve”*, de Santiago Pérez Del Castilho (LTr., 1994), ainda sobre este tema, às págs. 361/362, observamos as seguintes considerações: ‘com a greve política se busca protestar contra a decisão do governo ou pressionar os órgãos constitucionais, que representam a soberania popular, para que tomem ou deixem de tomar alguma decisão. Assim sendo, entende-se porque para a maioria é teoricamente ilícita, independente de outro fator de ilicitude que também tem sido apontado, a saber, a impossibilidade de que o empregador possa dar solução às pretensões dos grevistas. O reconhecimento das medidas de conflito é

dato pelo seu caráter instrumental com relação à negociação coletiva. Estabelece-se um vínculo entre a greve e a determinação das condições de trabalho do grupo que a exerce. Este pretende fazer valer o interesse profissional por meio da medida de luta e, sendo assim, quando não intermediar um interesse desta natureza, o fenômeno se desnaturaliza e não pode obter o mesmo reconhecimento jurídico. A coação coletiva, pois, se aceita e se justifica com olhos na determinação coletiva das condições de trabalho. Este conceito laboral de greve exclui, pois, um conceito onde existam interesses extralaborais como a pressão sobre o governo para realizar determinada ação política, derrogar ou aprovar uma norma, trocar um lineamento das relações internacionais, etc” (BRASIL, 1999)

Em sua defesa da ilicitude da greve política, o TST destacou, mais de uma vez, a questão do destinatário dessa modalidade de paralisação. Para o TST, o fato da parede de natureza política não ser voltada contra o empregador, mas sim contra o Estado, é o que causa a qualificação negativa das paralisações. O Tribunal afirma que em tais condições, isto é, quando o governo é o alvo dos grevistas, e não o empregador, a greve não deve ser admitida, pois não há como o contratante se empenhar na satisfação das pretensões.

Ao fazer essas afirmações, o TST, bem como Santiago Pérez Del Castillo, se esquecem de que os órgãos constitucionais que emergiram a partir de 1988 também são o fruto da luta operária. O TST não considera que o fim do regime militar instaurado a partir de 1964 no Brasil, com o subsequente estabelecimento da ordem constitucional não veio por acaso, mas também em razão de insatisfações demonstradas pela população, inclusive através de greves de cunho político-trabalhista. Greves como as deflagradas no final da década de 1970, que como lembra Raimundo Simão de Melo, buscaram, entre outras conquistas, “enfrentar e romper com o regime de ditadura militar e criar ambiente político propício para a redemocratização do país” (MELO, 2009, p. 33), foram de suma importância para a mudança do panorama social, econômico e político do país. Portanto, tiveram influência na constituição e desenvolvimento do Estado Democrático de Direito. Dessa forma, afastar a licitude dessas paralisações agora seria o mesmo que negar o acesso a um instrumento que já se provou idôneo para fazer vicejar a democracia.

Os outros acórdãos mencionados também se posicionam contrariamente ao exercício do direito de greve de interesses que podem ser tutelados através das paralisações.

No acórdão nº TST-RODC-781712/2001 se afirma que “não tendo a greve deflagrada nenhuma conotação política e sim trabalhista, a sua autorização encontra suporte no art. 14, parágrafo único, II, da Lei de Greve” (BRASIL, 2001).

No acórdão nº TST-RODC-24001/2003 se declarou que:

“embora garantido constitucionalmente, o direito de greve não é absoluto, irrestrito e ilimitado. Ao contrário, deve observar os limites, pressupostos e requisitos legais para ser regularmente exercido. Constitui abuso desse direito a deflagração do movimento sem a observância das disposições contidas na Lei nº 7.783/89, como a comprovação do exaurimento de negociação prévia e autônoma para resolução do conflito e da deliberação da categoria sobre a greve” (BRASIL, 2001).

Como os julgadores escreveram que a negociação coletiva prévia é um pré-requisito para a promoção da parede, fica evidente que as greves de caráter político, segundo o enfoque posto nesse julgado, é ilícita. Isso porque negociação coletiva, acordo e convenção coletiva são figuras de difícil associação aos movimentos obreiros que não tenham como escopo melhoras diretas da condição de trabalho (melhoras que são o resultado de conflitos diretos entre patrões e empregados).

O acórdão nº TST-RODC-853/2005 segue uma linha similar à do acórdão nº TST-RODC-24001/2003. De acordo com o aresto nº TST-RODC-853/2005, “se se cuida de pretensão de natureza trabalhista, contrastável ante o empregador, a greve não se afigura abusiva, no tocante à motivação” (BRASIL, 2005). Com o escopo de fortalecer sua posição, o TST recordou a decisão da instância inferior, no mesmo processo:

“no julgamento do dissídio de greve, impõe-se analisar o movimento sob duplo enfoque: o de sua motivação e o da adequação às exigências da Lei nº 7.783/89, exatamente por constituir-se num meio de pressão extrema. Quanto à adequação às exigências da lei de greve, já foi objeto de análise em tópico anterior. Quanto à motivação deve-se ter em mente que a greve é a suspensão concertada e coletiva de trabalho, com a finalidade de obter algumas vantagens, geralmente melhores condições de trabalho. Seu objetivo é alcançar acordo ou convenção coletiva de trabalho. É o que ocorre neste dissídio. Inegável que os itens perseguidos pelo movimento paredista consubstanciam melhores condições de trabalho e por certo, configuram justo motivo para a deflagração da greve, ante a negativa da Suscitante em negociar referidos itens, pelo que há que se considerar a greve legal e não abusiva” (BRASIL, 2005).

Como se nota, o movimento grevista analisado nesse processo apenas não foi taxado de abusivo porque se enquadrou no conceito de greve trabalhista. Se as reivindicações obreiras não fossem passíveis de resultar em acordo ou convenção

coletiva e, portanto, não pudessem ser satisfeitas pelo empregador, a autoridade julgadora teria, como explicitou nas passagens acima transcritas, qualificado o movimento como ilícito. Corrobora essa conclusão outra passagem do mesmo aresto:

“conquanto se reconheça que a falta de definição legal do que seja abuso de direito imponha ao Juiz a análise de cada caso concreto, o certo é que com relação à motivação há menor âmbito de atuação. Vale dizer, em princípio, se se cuida de pretensão contrastável ante o empregador, legítimo o exercício do direito de greve” (BRASIL, 2005).

Confrontando as posições que são favoráveis ao direito de greve consagrado na Constituição Federal de 1988, está Maurício Godinho Delgado. No aresto nº TST-RODC-548/2008, Godinho propugnou pela idéia de que o exercício do direito de greve não pode estar sujeito a limitações não autorizadas pela Carta Constitucional, tal como o defende parte da doutrina e da jurisprudência.

Godinho sustentou, no referido acórdão, que:

“a greve é mero instrumento de pressão, que visa propiciar o alcance de certo resultado concreto, em decorrência do convencimento da parte confrontada. É movimento concertado para objetivos definidos, em geral, de natureza econômico-profissional ou contratual trabalhista. A maior ou menor amplitude dos objetivos dos movimentos paretista passa pelos critérios adotados pelas ordens jurídicas nacionais específicas. O padrão geral das greves é circunscreverem-se às fronteiras do contrato de trabalho, ao âmbito dos interesses econômicos e profissionais dos empregados, que possam ser, de um modo ou de outro, atendidos pelo empregador. Os interesses contemplados em movimentos dessa ordem são, assim, regra geral, meramente econômico-profissionais (isto é, interesses típicos ao contrato de trabalho). Contudo, há, como se sabe, na História, movimentos grevistas que se dirigiram a interesses estranhos aos estritamente contratuais. Trata-se, por exemplo, das greves de solidariedade e das greves políticas, que não são vedadas pela Constituição Federal. Ao contrário, a Carta Magna brasileira, de 1988, em contraponto a todas as constituições anteriores do país, conferiu, efetivamente, amplitude ao direito de greve. É que determinou competir aos trabalhadores a decisão sobre a oportunidade de exercer o direito, assim como decidir a respeito dos interesses que devam por meio dele defender (caput do art. 9º, CF/88). Oportunidade de exercício de greve e interesses a serem nela defendidos, ambos sob a decisão dos respectivos trabalhadores, diz a Carta Magna. A teor do comando constitucional, portanto, não são, em princípio, inválidos movimentos paretistas que defendam interesses que não sejam rigorosamente contratuais, ilustrativamente, razões macroprofissionais e outras. A validade desses movimentos será inquestionável, em especial, se a solidariedade ou a motivação política vincularem-se a fatores de significativa repercussão na vida e trabalho dos grevistas. Essa é a hipótese dos autos, em que os trabalhadores, unidos em uma mobilização nacional, reivindicaram legitimamente melhorias nas relações de trabalho portuário. Dessa forma, é inevitável a conclusão de que o simples fato de ter o movimento paretista cunho estritamente político, conforme alega o Suscitante, não torna o



movimento abusivo, visto que os trabalhadores apenas exerceram em sua plenitude um direito constitucionalmente garantido” (BRASIL, 2008).

Apesar dessa excelente e recente defesa da greve ampla, a divergência sobre os limites da paralisação legítima perdura. Para os contrários ao exercício do direito de greve de modo amplo, inexistente inconstitucionalidade na leitura restritiva que se faz do art. 9º da Constituição a partir de uma lei ordinária. É por esse motivo que urge um debate sobre a questão da constitucionalidade dessa visão limitativa.

## **7 CONCLUSÃO**

Em 1988 foi promulgada e entrou em vigor uma Constituição que erigiu a greve ao patamar de direito fundamental. Consoante o texto da Lei Maior, “é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender” (art. 9º).

Diante da nova disposição constitucional (art. 9º, caput, CF) e da Lei de Greve (Lei n. 7.783/89), surgiu, nos campos doutrinário e jurisprudencial, um debate acerca dos limites aos motivos legitimadores de uma paralisação trabalhista. De um lado figuram aqueles favoráveis às greves amplas, e de outro os defensores do exercício limitado do direito consagrado no art. 9º da Carta Maior. Estes consideram que o direito constitucional de greve deve ser lido a partir de elementos trazidos pela legislação infraconstitucional, como a Lei de Greve, enquanto aqueles propugnam pela aplicação do preceito posto na Constituição de forma irrestrita (greve ampla).

O presente trabalho buscou jogar luz sobre essa divergência, para tanto se evidenciando três aspectos: 1) a primazia da Constituição dentro da ordem jurídica pátria; 2) a questão da eficácia das normas constitucionais; 3) a evolução histórica que culminou com a Constituição de 1988.

Levantar o problema da eficácia das normas constitucionais foi uma forma de estabelecer com maior clareza as espécies de preceitos e seus respectivos alcances. Assim, buscou-se destacar que o art. 9º da Constituição enquadra-se no campo das normas de eficácia contida (normas que possuem eficácia plena, mas que podem ser restringidas por regramento infraconstitucional, desde que essa lei

ulterior guarde conformidade com os parâmetros fornecidos pelo próprio texto constitucional). A intenção foi afastar qualquer argumento que possa atacar a eficácia plena e imediata do direito constitucional de greve, bem como ressaltar que é condição essencial para a garantia de harmonia do sistema jurídico que esse dispositivo infralegal seja formulado nos estritos limites postos pela Lei Maior.

Dentro da discussão da hierarquia das normas jurídicas, explicitou-se que a Constituição está no topo do ordenamento jurídico, devendo haver consonância entre ela e todos os dispositivos infraconstitucionais. Do contrário, isto é, havendo incompatibilidade entre a Lei Maior e o restante das regras jurídicas, a lei ordinária é inválida e não deve ser concretizada. É o caso da Lei n. 7.783/89, ao menos de parte desse diploma, como a disposição restritiva dos motivos que podem ser colocados na base de uma greve. Isso porque a Constituição não faz, como já dito anteriormente, qualquer limitação às motivações que possam levar os trabalhadores a uma paralisação.

Quanto à faceta histórica, a Constituição Federal de 1988, que consagrou o direito de greve amplo, foi o resultado de uma série de lutas, inclusive da classe operária, que atuou contra o governo militar nas décadas de 1960, 1970 e 1980. E esses embates dos trabalhadores, ao reivindicar questões como a democracia, conjuntamente com pedidos de melhores salários, redução da jornada de trabalho, etc., não podem ser qualificados como manifestações estritamente trabalhistas. Diante disso, vedar greves de caráter político-trabalhista, ou unicamente de índole política, é o mesmo que negar a importância do papel das mobilizações de classe na construção do texto constitucional e do Estado Democrático de Direito. Não se trata, portanto, de identificar e valorizar a vontade do legislador, mas sim de compreender a relevância das manifestações populares, que englobam greves de natureza trabalhista em sentido estrito e em sentido amplo, na formação de uma sociedade que prima pela dignidade do ser humano.

Em vista das questões abordadas, conclui-se pela incompatibilidade da restrição imposta pela leitura do art. 9º da Constituição a partir de uma lei ordinária (Lei n. 7.783/89. Considera-se que há violação do princípio da supremacia das normas constitucionais no ordenamento jurídico e que, portanto, o entendimento doutrinário e jurisprudencial de que as paralisações devem se restringir a aspectos profissionais em sentido estrito é inconstitucional. Aproveitando as palavras de

Cristiano Paixão e Ricardo de Lourenço Filho, essa leitura que circunscreve os movimentos trabalhistas legítimos àqueles que se fundam em interesses muito estanques traz à tona a idéia de que há “utilização de expedientes jurídicos múltiplos como forma de enfraquecer o exercício do direito de greve – até o ponto de inviabilizá-lo, em algumas circunstâncias” (artigo, p. 68). Ainda conforme tais autores, essa atitude dos estudiosos e aplicadores do direito, no sentido de frear as mobilizações populares, demonstra que “a repressão a um direito não precisa mobilizar forças de segurança armadas...” (PAIXÃO; LOURENÇO FILHO, 2009, p. 69), pois

“basta a utilização arbitrária de instrumentos do direito comum e processual civil para estabelecer vedação real ao exercício do direito de greve. É a negação do direito pelo direito, demonstrada pelo esquecimento da perspectiva histórica que consagra a greve como direito fundamental” (PAIXÃO; LOURENÇO FILHO, 2009, p. 69).

Portanto, para que o direito de greve seja exercido dentro dos parâmetros fornecidos pelo texto constitucional, não basta afastar leituras que restringem o rol de motivos que podem ser levantados pelos trabalhadores, mas também é necessário impedir que instrumentos jurídicos possam ser empregados para inviabilizar tal exercício.

## REFERÊNCIAS

- 1 AZEVEDO, Francisca Nogueira de. **Malandros desconsolados: o diário da primeira greve geral no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.
  
- 2 BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso ordinário em dissídio coletivo nº TST-RODC-571212/99.0**. Recorrente: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Rio de Janeiro. Recorrido: Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE – e o Sindicato dos Administradores no Estado do Rio de Janeiro. Relator: Ministro Márcio Ribeiro do Valle. Diário de Justiça, 15 de setembro de 2000. Disponível em <[http://brs02.tst.jus.br/cgi-bin/nph-brs?s1=\(208336.nia.\)&u=/Brs/it01.html&p=1&l=1&d=blnk&f=g&r=1](http://brs02.tst.jus.br/cgi-bin/nph-brs?s1=(208336.nia.)&u=/Brs/it01.html&p=1&l=1&d=blnk&f=g&r=1)>. Acesso em: 10/07/2010..
  
- 3 BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso ordinário em dissídio coletivo nº TST-RODC-781712/2001.5**. Recorrente: Banco do Estado da Paraíba S/A - Paraiban. Recorrido: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba – SEEB/PB e outro. Relator: Ministro José Luciano de Castilho Pereira. Diário de Justiça, 23 de abril de 2004. Disponível em <[http://brs02.tst.jus.br/cgi-bin/nph-brs?s1=\(3730858.nia.\)&u=/Brs/it01.html&p=1&l=1&d=blnk&f=g&r=1](http://brs02.tst.jus.br/cgi-bin/nph-brs?s1=(3730858.nia.)&u=/Brs/it01.html&p=1&l=1&d=blnk&f=g&r=1)>. Acesso em: 10/07/2010.
  
- 4 BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Embargos de instrumento em recurso de revista nº TST-AIRR-26241-32.2002.5.04.0801**. Agravante: Fundação de Atendimento Sócio-educativo do Rio Grande do Sul – FASE. Agravados: Elder Rodrigues da Silva e outros. Relator: Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro. Diário de Justiça, 10 de setembro de 2010. Disponível em <<http://aplicacao2.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&format=html&highlight=true&numeroFormatado=AIRR%20-%2026241-32.2002.5.04.0801&base=acordao&rowid=AAANGhAAFAAAH1UAAW&dataPublicacao=10/09/2010&query=>>>. Acesso em: 20/09/2010.
  
- 5 BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso ordinário em dissídio coletivo nº TST-RODC-24.001/2003-909-09-00.2**. Recorrente: Montesinos Sistemas de Administração Prisional Ltda. Recorrido: Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná - SINSESP/PR. Relator: Ministro Rider de Brito. Diário de Justiça, 6 de fevereiro de 2004. Disponível em <[http://brs02.tst.jus.br/cgi-bin/nph-brs?s1=\(3687270.nia.\)&u=/Brs/it01.html&p=1&l=1&d=blnk&f=g&r=1](http://brs02.tst.jus.br/cgi-bin/nph-brs?s1=(3687270.nia.)&u=/Brs/it01.html&p=1&l=1&d=blnk&f=g&r=1)>. Acesso em: 10/07/2010.
  
- 6 BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso ordinário em dissídio coletivo nº TST-RODC-853/2005-000-15-00.2**. Recorrente: Simbal Sociedade Industrial Móveis Banrom Ltda. Recorrido: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Salto. Relator: Ministro João Oreste Dalazen. Diário de Justiça, 1 de junho de 2007. Disponível em

<[http://brs02.tst.jus.br/cgi-bin/nph-brs?s1=\(4204386.nia.\)&u=/Brs/it01.html&p=1&l=1&d=blnk&f=g&r=1](http://brs02.tst.jus.br/cgi-bin/nph-brs?s1=(4204386.nia.)&u=/Brs/it01.html&p=1&l=1&d=blnk&f=g&r=1)>. Acesso em: 10/07/2010.

- 7 BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso de revista nº TST-RR-117200-16.2006.5.01.0050**. Recorrente: Município do Rio de Janeiro. Recorrido: Maristela Custódio da Costa e Omep Brasil RJ. Relator: Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi. Diário de Justiça, 28 de maio de 2010. Disponível em <<http://aplicacao2.tst.jus.br/consultaunificada2/inteiroTeor.do?action=printInteiroTeor&format=html&highlight=true&numeroFormatado=RR%20-%20117200-16.2006.5.01.0050&base=acordao&rowid=AAANGhABIAAABf9AAC&dataPublicacao=28/05/2010&query=>>>. Acesso em 20/09/2010.
- 8 BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso ordinário em dissídio coletivo nº TST-RODC-548/2008-000-12-00.0**. Recorrente: Sindicato dos Operadores Portuários de São Francisco do Sul. Recorrido: Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estiva de Minérios de São Francisco do Sul e outros. Relator: Ministro Maurício Godinho Delgado. Diário de Justiça, 27 de novembro de 2009. Disponível em < [http://brs02.tst.jus.br/cgi-bin/nph-brs?s1=\(5000563.nia.\)&u=/Brs/it01.html&p=1&l=1&d=blnk&f=g&r=1](http://brs02.tst.jus.br/cgi-bin/nph-brs?s1=(5000563.nia.)&u=/Brs/it01.html&p=1&l=1&d=blnk&f=g&r=1)>. Acesso em: 10/07/2010.
- 9 BRUNO, Lúcia. **O que é autonomia operária**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- 10 CÁCERES, Florival. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1993.
- 11 CORTEZ, Julpiano Chaves. **A lei de greve**. São Paulo: LTr, 2010.
- 12 DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- 13 DECCA, Edgar de. **O nascimento das fábricas**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- 14 DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 8. ed. São Paulo: LTr, 2009.
- 15 ELEY, Geoff. **Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- 16 FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 10. ed. São Paulo: USP, 2002.
- 17 FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. **Efeitos da declaração de inconstitucionalidade**. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- 18 GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- 19 IGLÉSIAS, Francisco. **A revolução industrial**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- 20 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Eficácia das normas constitucionais e direitos sociais**. São Paulo: Malheiros, 2010.
- 21 MELO, Raimundo Simão de. **A greve no direito brasileiro**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2009.
- 22 PAIXÃO, Cristiano; LOURENÇO FILHO, Ricardo. A Greve e sua Conformação pelo TST: Desvelando Mentalidades. In: MELO FILHO, Jugo Cavalcanti *et al.* **O mundo do trabalho**: leituras críticas da jurisprudência do TST: em defesa do direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2009. p. 65-76.
- 23 PALU, Oswaldo Luiz. **Controle de constitucionalidade**. 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- 24 PINTO, Álvaro Vieira. **Cadernos do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, v. 4: Por que os ricos não fazem greve?
- 25 SENE, E. de; MOREIRA, J. C. **Geografia geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1998.
- 26 SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 7. ed., 3. tir. São Paulo: Malheiros, 2009.
- 27 SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 33 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2010.
- 28 SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da. **Relações coletivas de trabalho**: configurações institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: LTr, 2008.
- 29 SOUZA, Ronald Amorim. **Greve & locaute**. São Paulo: LTr, 2007.
- 30 VICENTINO, Cláudio. **História geral**. 9. ed. atual. e ampl. São Paulo: Scipione, 2002.